

**Faculdade de Economia
Universidade do Porto**

A Escolha do Local de Destino dos Imigrantes em Portugal

Tese de Mestrado de Thiago Miguel Sabino de Pereira Leitão

Orientação: Prof. Dr. José Varejão

Abril 2008

Para Chris

BIOGRAFIA

Thiago Miguel Sabino de Pereira Leitão, nascido em 19 de Outubro de 1978, casado, bacharelado em economia pela Universidade de São Paulo em Janeiro de 2002 e pós-graduado em economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em Julho de 2006.

Possui como experiência profissional um estágio no Barclays Bank Portugal, pelo período de Agosto de 2007 a Março de 2008, foi sócio-consultor da GRM Consultoria no período de Abril de 2002 a Dezembro de 2003 e foi estagiário no Banco do Brasil pelo período de Agosto de 1998 a Julho de 2000.

Como experiência académica foi pesquisador bolseiro num projecto entre o CETE – Centro de Estudos do Trabalho e da Empresa em parceria com a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo período de Julho de 2005 a Dezembro de 2006. Foi também pesquisador bolseiro pela FUNDACE – Fundação para a Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de São Paulo pelo período de Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003.

Como voluntário, foi professor no projecto Contas à Vida pelo período de Março de 2008. Foi também professor de matemática voluntariamente pelo período de Março de 2001 a Dezembro de 2003.

Foi director da Empresa Jr. da Universidade de São Paulo pelo período de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2001.

Possui participação nos congressos *Portuguese Finance Network* de Julho de 2006 e EARIE de Agosto de 2005.

É conhecedor fluente das línguas Portuguesa, Inglesa e Alemã.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de dedicar essa tese à minha esposa, Christiana Leitão, e agradecer por todo amor e carinho a mim destinado, pela compreensão e paciência nos momentos mais difíceis e pelos sábios conselhos. Muito obrigado.

Gostaria também de agradecer a meus pais, Manuel e Idalina, por todo amor e apoio prestado mesmo quando a distância nos separava. Quero agradecer também muito especialmente minha tia e madrinha Teté e meu tio e padrinho Zeca pelo sempre caloroso acolhimento quando necessário.

Sem essas pessoas a fazer parte da minha vida nada disso seria possível.

Gostaria de agradecer meu orientador Professor José Varejão pela excelente condução na elaboração dessa tese. Agradeço também a Professora Anabela Carneiro pela ajuda tão valiosa na elaboração da base de dados. Obrigado também a FCT e o CETE pela bolsa de pesquisa, condição que possibilitou-me dedicar exclusivamente aos afazeres académicos.

Agradeço ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social pela disponibilização da base de dados Quadros de Pessoal.

Agradeço também aos professores do mestrado em economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto pelos ensinamentos técnicos tão bem ministrados.

Agradeço também aos amigos Bruno, Guilherme, Fábio, André e Gaudêncio pelo companheirismo.

RESUMO

Esse trabalho examina a escolha da localidade de destino dos novos imigrantes em Portugal. Utilizando dados dos Quadros de Pessoal de 2004, foi identificado que os imigrantes em geral são atraídos para distritos onde há maior número de estrangeiros de mesma origem, taxa de desemprego seja mais baixa, maior número de população residente, trabalhadores de mesmo nível educacional e diferente faixa etária, e onde o salário esperado seja mais baixo. Esses resultados não se mantiveram quando a estimação foi feita para os diferentes grupos de nacionalidades, mostrando que a origem do imigrante exerce influência na opção de escolha pela localidade de destino. Esses factores explicam, para o conjunto dos novos imigrantes em Portugal, a preferência maioritariamente pelos distritos de Lisboa e Faro, e indicam que as próximas ondas migratórias continuarão a optar em sua maioria por esses distritos de destino.

ABSTRACT

This thesis examines the location choice of new immigrants in Portugal. Using data from Quadros de Pessal 2004 I found that, in general, immigrants are attracted to locations with higher concentration of foreigners from the same group of nationality, with lower unemployment rate, higher population residents, workers with similar educational background and different age, and where the expected wages are lower. When estimated for different groups of nationality, the main results do not hold, showing that the origin of the immigrants do have an influence on the choice of location. This result explains the marked preference for Lisboa and Faro and indicate that this will continue to be dominant choice for the future migrations waves.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: Economia das Migrações	03
1.1 A Decisão de Migrar	03
1.2 Auto-Seleção	05
1.3 Características do Imigrante.....	08
1.4 Impacto da Migração no País Receptor	11
CAPÍTULO 2: Portugal, País de Imigrantes	19
2.1 Das Emigrações às Imigrações.....	19
2.2 A Imigração Regular em Portugal.....	21
2.3 Imigração Irregular	23
2.4 Caracterização do Imigrante em Portugal	29
CAPÍTULO 3: A Escolha da Localidade.....	34
CAPÍTULO 4: Escolha da Localidade: Análise Empírica.....	39
4.1 Descrição dos Dados.....	39
4.2 Modelo Empérico	43
4.3 Análise dos Resultados da Estimação.....	45
CONCLUSÃO	49
BIBLIOGRAFIA.....	51
ANEXO 1	55
ANEXO 2.....	56
ANEXO 3	57
ANEXO 4.....	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.4.1	16
Tabela 1.4.2	16
Tabela 2.2.1	22
Tabela 2.3.1	24
Tabela 2.3.2	27
Tabela 2.3.3	28
Tabela 2.4.1	30
Tabela 2.4.2	32
Tabela 4.3.1	46

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1.4.112
Figura 1.4.214
Gráfico 2.1.119
Gráfico 2.1.220

INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios por todo o mundo têm sofrido um crescimento bastante acentuado nas últimas décadas, e principalmente nos últimos anos. As profundas desigualdades sociais entre países, as crises político-económicas, o desenvolvimento das transferências de informação e a maior facilidade de acesso aos meios de transporte de longas distâncias podem ser alguns dos factores relacionados com essa maior mobilidade populacional. De acordo com SOPEMI (2007), as migrações líquidas de países de fora da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) para países da OCDE foram em média de 790.000 pessoas por ano entre o período de 1956 a 1976. Para 1977 a 1990 essa média passou para 1,24 milhões de pessoas por ano e desde então e até 2003 essa média atingiu 2,65 milhões de pessoas por ano.

Esse aumento espantoso do volume de deslocações não tem passado despercebido pela sociedade. Hoje em dia, o tema das migrações está constantemente divulgado na comunicação social e é comum ver o tema ocupando espaço de destaque nas discussões político-partidárias.

Não obstante ao facto, a comunidade científica tem dedicado grandes esforços ao estudo das motivações e do impacto social e económico das novas ondas migratórias nas sociedades.

Em economia, o crescimento do interesse pelo tema é notório. Estudos relacionados à análise económica das migrações podem ser encontrados, por exemplo, em Borjas (1994, 1996 e 1999), Ehrenberg e Smith (2000) e em Lucas (2004).

Dentre as muitas vertentes acerca da análise económica das migrações, uma tem ocupado posição de destaque entre os pesquisadores, que é o estudo sobre a localidade de escolha do imigrante. No cerne desse estudo está a influência que as características do indivíduo e da potencial região de escolha exercem na escolha da localidade de destino.

Ser capaz de prever a localidade de escolha do imigrante pode ser uma ferramenta muito útil para governantes tanto ao nível nacional/federal, como local.

As autoridades nacionais, interessadas numa distribuição mais igualitária dos imigrantes, podem usar a compreensão desses modelos de escolha da localidade para gerar condições de atractividade pelas diversas regiões do país.

Ao mesmo tempo, governos locais podem usar os modelos de escolha da localidade para melhor estudar as características que atraem os imigrantes das mais diversas qualificações e destinar recursos de incentivo à entrada do imigrante desejado nessa determinada região.

Em regiões de dimensões pequenas, com pequenas comunidades estrangeiras, onde a atracção à maioria dos imigrantes é menor, o conhecimento da categoria a qual o imigrante é menos sensível permitiria a essa região desenvolver mais programas de atractividade focando nos grupos mais versáteis de imigrantes que necessitam de menos incentivos para se deslocarem a lugares com poucos ou nenhum compatriota.

Dada a relevância do conhecimento das características que influenciam a tomada de decisão do imigrante no que concerne à escolha da localidade, muitos pesquisadores passaram a direccionar seus esforços para o estudo desses modelos económicos. Bartel (1989) foi um dos primeiros e mais importantes trabalhos nesse sentido, seguido por um vasto fluxo de publicações como Basu (1997), Zavodny (1998), Jaeger (2000), Dunlevy (2001) e Chiswick (2002), entre outros.

Esse trabalho, tem como objectivo, o estudo da influência que determinadas características, tanto do imigrante, como do local, exercem na escolha da localidade de destino do imigrante em Portugal. Foram utilizados os dados dos Quadros de Pessoal 2004 para a análise econométrica do estudo. Por ser um instrumento administrativo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de carácter obrigatório, os Quadros de Pessoal representam de forma bastante abrangente e bastante fiel a realidade do mercado de trabalho em Portugal. Uma vez que os imigrantes que se destinam a Portugal, o fazem em sua maioria pela via económica (como poderá ser visto no capítulo 4, essa amostra abrange mais de 55% do imigrantes legalmente residentes), essa base de dados se torna uma boa representação da população imigrante com situação regular, em geral.

No capítulo 1 é abordada a teoria económica que envolve os movimentos migratórios. No capítulo 2 é apresentada a evolução dos fluxos migratórios em Portugal, bem como a caracterização do imigrante residente em território nacional. No capítulo 3 são expostas as variáveis de influência na escolha da localidade. No capítulo 4 é feita a análise empírica do modelo de escolha da localidade em Portugal e a apresentação dos resultados. No capítulo seguinte é concluído o trabalho.

CAPÍTULO 1: Economia das Migrações

1.1 A Decisão de Migrar

Em economia a decisão de migrar é analisada como uma forma de investimento em capital humano. Os modelos de investimento em capital humano sugerem que essa decisão será tomada se o valor actual do fluxo de utilidade futura em emigrar for maior que o valor actual do fluxo de utilidade futura em permanecer no país adicionado todos os custos inerentes à migração. Esses custos incluem despesas de transporte e acomodação, bem como os custos psicológicos de abandono de sua região de origem, de seus amigos e de sua família.

De modo a ultrapassar as dificuldades inerentes à medida da utilidade individual, a análise centra-se não no diferencial em utilidade, mas no diferencial em rendimentos futuros, conforme modelização desenvolvida por Borjas (1987).

O seu modelo requer apenas dois países: o país emissor ou de origem e o país receptor ou de destino. Os residentes do país emissor se deparam com rendimentos que possuem a seguinte distribuição:

$$\ln w_0 = \mu_0 + \varepsilon_0.$$

w_0 representa os rendimentos dos trabalhadores no país emissor. μ_0 é a média dos rendimentos nesse país e ε_0 são os desvios de rendimento da média, onde $\varepsilon_0 \sim N(0, \sigma_0^2)$.

Se toda a população do país de origem resolvesse emigrar, então eles se deparariam com a seguinte distribuição dos rendimentos no país de destino:

$$\ln w_1 = \mu_1 + \varepsilon_1,$$

w_1 representa os rendimentos dos trabalhadores no país receptor. μ_1 é a média dos rendimentos nesse país. Notemos que o valor de μ_1 não é necessariamente o mesmo que a média dos rendimentos dos trabalhadores do país de destino, caso não tivesse havido nenhuma migração. A magnitude dessas diferenças vai depender da diferença entre as habilidades¹ dos trabalhadores nos dois países. Mas por simplicidade, é

¹ Na falta de um termo técnico específico em português para a designação de *skill*, será utilizado o termo *habilidade* para a designação das aptidões, das capacidades inatas aos cidadãos.

assumido que uma pessoa média em ambos países possui o mesmo grau de habilidades, pelo que é habitual assumir que μ_1 também seja a média dos rendimentos dos nativos do país receptor. ε_1 são os desvios de rendimento da média, onde $\varepsilon_1 \sim N(0, \sigma_1^2)$.

Essa modelização representa a decomposição dos rendimentos individuais em duas partes. A parte representada pelas variáveis que contêm as características sócio-económicas explicadas, μ_0 e μ_1 , e a parte aleatória que representa as perturbações, a variação não explicada, ε_0 e ε_1 .

A decisão de emigrar se dará quando $\ln w_1 > \ln w_0 + C$, onde C representa o custo de migrar. Para uma melhor representação desses custos é assumido π , onde $\pi = \frac{C}{w_0}$

representa o custo de migração medido em termos de salário por período que o trabalhador poderia esperar receber no país de origem, e de mensuração constante.

Para que ocorra a emigração:

$$\ln w_1 > \ln w_0 + \pi$$

$$\mu_1 + \varepsilon_1 > \mu_0 + \varepsilon_0 + \pi$$

$$[\mu_1 - (\mu_0 + \pi)] + (\varepsilon_1 - \varepsilon_0) = I > 0$$

Ou seja, a decisão de migrar dependerá do valor de I . Se $I > 0$, então os rendimentos que o migrante auferirá no país de destino são maiores que os rendimentos que ele auferiria se permanecesse em seu país de origem mais os custos da migração, e a decisão será de mudar-se ao país receptor.

Assumimos agora $v = \varepsilon_1 - \varepsilon_0$. Então a decisão de emigrar será tomada quando

$$[\mu_1 - (\mu_0 + \pi)] + v > 0. \text{ Rearranjando teremos:}$$

$$v > (\mu_0 + \pi) - \mu_1$$

Podemos agora analisar a probabilidade de um trabalhador no país de origem emigrar ao país de destino.

$$P = \text{prob}(v > (\mu_0 + \pi) - \mu_1).$$

Dividindo ambos os lados pelo desvio padrão de v (σ_v):

$$P = \text{prob}\left(\frac{v}{\sigma_v} > \frac{(\mu_0 + \pi) - \mu_1}{\sigma_v}\right)$$

Aqui usaremos a propriedade da função distribuição cumulativa complementar da normal padrão para encontrar:

$$P = 1 - \Phi\left(\frac{(\mu_0 + \pi) - \mu_1}{\sigma_v}\right). \text{ Simplificando:}$$

$$P = 1 - \Phi(z), \text{ onde } z = \frac{(\mu_0 + \pi) - \mu_1}{\sigma_v}.$$

Verificamos que:

$$\frac{\partial P}{\partial \mu_0} < 0, \frac{\partial P}{\partial \mu_1} > 0, \frac{\partial P}{\partial \pi} < 0.$$

Isso nos mostra que a probabilidade da pessoa emigrar é inversamente proporcional a z . Isso porque z aumenta conforme os rendimentos no país emissor aumentam, conforme o custo de mobilidade aumenta e conforme diminuem os rendimentos médios no país de destino.

Desta forma, podemos observar que a decisão de migrar dependerá do diferencial de rendimentos a qual um trabalhador se depara. Dado as informações que ele possui, os seus rendimentos emigrando ou permanecendo em seu país de origem são actualizados deduzidos todos os custos de migração, e sua decisão recairá sobre a alternativa que maximiza a sua utilidade, que nesse caso é de acordo com a maximização de seus rendimentos. Um aumento nos rendimentos médios do país emissor diminui a probabilidade de um trabalhador emigrar, bem como o aumento nos custos dessa migração. Mas um aumento nos rendimentos médios do país receptor aumenta a probabilidade de um cidadão médio do país emissor em tomar a decisão de se mudar.

1.2 Auto-Seleção

Na secção anterior foi analisada a racionalidade económica por trás da tomada de decisão de migrar. Vimos que a probabilidade de um cidadão migrar depende da renda no país de origem, da renda no país de destino e dos custos dessa mobilidade.

Mas as migrações não são tomadas aleatoriamente por pessoas do mesmo país, bem como os países de destino não são escolhidos aleatoriamente. Há vários factores que afectam a decisão da escolha do destino da migração.

Borjas (1987) analisa essa questão considerando as seguintes médias condicionais:

$$E(\ln w_0 | I > 0) \text{ e } E(\ln w_1 | I > 0).$$

A primeira nos mostra a média dos rendimentos do emigrante em seu país de origem. A segunda nos mostra a média dos rendimentos desse imigrante no país de destino. Borjas (1987) argumenta que sob a condição de normalidade essas médias condicionais são dadas por:

$$E(\ln w_0 | I > 0) = \mu_0 + \frac{\sigma_0 \sigma_1}{\sigma_v} \left(\rho - \frac{\sigma_0}{\sigma_1} \right) \lambda$$

$$E(\ln w_1 | I > 0) = \mu_1 + \frac{\sigma_0 \sigma_1}{\sigma_v} \left(\frac{\sigma_1}{\sigma_0} - \rho \right) \lambda,$$

onde $\lambda = \frac{\phi(z)}{1 - \Phi(z)}$, ϕ é a densidade da normal padrão, ρ o coeficiente de correlação

entre ε_0 e ε_1 $\left(\rho = \frac{\text{cov}(01)}{\sigma_0 \sigma_1} = \frac{\sigma_{01}}{\sigma_0 \sigma_1} \right)$ e σ_i é o desvio padrão de $i=0,1$.

A equação de $E(\ln w_0 | I > 0)$ nos mostra que o rendimento médio do emigrante será maior ou menor que o rendimento médio de um trabalhador em seu país de origem se $\rho > \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$ ou $\rho < \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$. A equação de $E(\ln w_1 | I > 0)$ nos mostra que o rendimento médio do imigrante será maior ou menor que o rendimento médio de um trabalhado no país de destino se $\frac{\sigma_1}{\sigma_0} > \rho$ ou $\frac{\sigma_0}{\sigma_1} > \rho$.

Assumindo agora Q_0 como o diferencial entre o rendimento médio do emigrante e o rendimento médio da pessoa que permaneceu no país emissor, e Q_1 o diferencial de rendimento entre o imigrante no país receptor e o cidadão médio original do país receptor, Borjas (1987) analisa três hipóteses diferentes de diferenciação nos rendimentos.

No primeiro caso, chamado de *selecção positiva*, $Q_0 > 0$ e $Q_1 > 0$. Essa situação é possível se $\rho > \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$ e $\frac{\sigma_1}{\sigma_0} > 1$.

Nesta situação, as pessoas que deixam o país auferirão maiores rendimentos que a média dos seus conterrâneos, e além disso, aferirão maiores rendimentos que os

cidadãos médios do país de destino. Aqui estamos claramente tratando do caso de pessoas alto grau de habilidade e consequentemente um alto nível de produtividade.

O termo $\rho > \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$ nos mostra que a correlação entre os retornos às habilidades no país

emissor e no país receptor são suficientemente alta, indicando que há transferência de habilidades entre os países. Um trabalhador altamente qualificado no país de origem, não estaria disposto a emigrar para um país que apresentasse alto retorno para a habilidade se o valor das habilidades no país de destino não fossem correlacionadas, ou fossem negativamente correlacionadas com as habilidades no país de origem.

O termo $\frac{\sigma_1}{\sigma_0} > 1$ implica que o país de destino apresenta maior dispersão de renda com

relação à média, ou seja, as habilidades nesse país são mais valorizadas. O retorno à habilidade é maior nesse país comparado com o país de origem.

Como no país de origem a distribuição de renda é mais concentrada, os trabalhadores mais qualificados são confrontados com um certo imposto sobre a sua produção. São esses impostos que asseguram a transferência de renda para os trabalhadores menos produtivos e que leva à diminuição da desigualdade de rendimentos no país de origem. O segundo caso é chamado de *selecção negativa*. Aqui, $Q_0 < 0$ e $Q_1 < 0$. Isso acontece

quando $\rho > \frac{\sigma_1}{\sigma_0}$ e $\frac{\sigma_0}{\sigma_1} > 1$. Esse caso representa a situação inversa relacionada acima.

O termo $\rho > \frac{\sigma_1}{\sigma_0}$ nos mostra que a correlação entre as habilidades nos diferentes países

continua sendo suficientemente alta, indicando a possibilidade de transferência de habilidades entre ambos os países.

O termo $\frac{\sigma_0}{\sigma_1} > 1$ nos mostra que a dispersão de renda no país de origem é maior que a

dispersão de renda do país de destino. Assim sendo, os trabalhadores que terão incentivos em migrar serão os trabalhadores menos qualificados, pois podem tirar proveito da baixa dispersão de renda encontrada no país de destino muito provavelmente associada a programas de ajuda às classes menos favorecidas. O fluxo migratório é assim dito como negativamente seleccionado.

O caso três é chamado de *tipo refúgio*. Nesse caso $Q_0 < 0$ e $Q_1 > 0$. Isso é possível se

$\rho < \min\left(\frac{\sigma_1}{\sigma_0}, \frac{\sigma_0}{\sigma_1}\right)$, a correlação entre os rendimentos nos dois países for

suficientemente baixa ou negativa. Nesse caso, o país receptor admite pessoas com rendimentos abaixo da média em seus países, mas que venham a se sobressair no país de destino auferindo rendimentos maiores que a média. Esse tipo de caso ocorre quando há alguma força externa que age no sentido de impedir que essas pessoas façam uso de suas totais habilidades no país de origem, tornando-as pouco produtivas².

Um quarto caso poderia ser avaliado também, que é o caso onde $Q_0 > 0$ e $Q_1 < 0$, mas essa hipótese é inconsistente com a maximização da renda.

Matematicamente, essa hipótese requer $\rho > \max\left(\frac{\sigma_1}{\sigma_0}, \frac{\sigma_0}{\sigma_1}\right)$, que poderia implicar em

$\rho > 1$, que é inconsistente com os valores possíveis atribuído ao coeficiente de correlação ($-1 \leq \rho \leq 1$).

Desta forma, Borjas (1987) nos mostra que a composição dos fluxos migratórios dependerá das diferenças na dispersão da renda, ou seja, no relativo retorno que cada país oferece para a qualificação de seus trabalhadores.

Essa é a intuição que está por trás do modelo de Roy. “*Os relativos retornos à habilidade nos países determina a composição da habilidade nos fluxos migratórios.*” (Borjas 1996)

1.3 Características do Imigrante

Já foi analisado que a probabilidade da pessoa migrar dependerá dos rendimentos no país de origem e destino, bem como do custo da migração. Foi visto também que a composição do fluxo migratório para determinado país dependerá da concentração de renda comparada nos respectivos países. Mas ainda assim, há uma maior concentração de pessoas com determinadas características particulares que possuem diferentes

² Esse é o caso de países com governos ditatoriais onde determinada parcela dos trabalhadores são impedidos de fazerem uso de todo o seu potencial produtivo.

probabilidades de se deslocarem sendo elas provenientes do mesmo país de origem e tendo como alvo o mesmo país de destino.

De acordo com a teoria do capital humano, a mobilidade tende a ser muito maior entre pessoas jovens e com maior nível de escolaridade.

A idade é considerada o factor isolado mais importante na determinação de quem irá migrar.

Uma das razões que fazem a teoria do capital humano sugerir que a imigração se dá predominantemente entre jovens é que quanto mais jovem for a pessoa, maior será o retorno potencial para qualquer investimento em capital humano. Quanto mais jovem for a pessoa, maior será o período de obtenção dos benefícios provenientes do investimento realizado.

Os custos da migração também tendem a ser menores entre pessoas jovens. Um factor que pode ser visto como custo de migração é a perda associada com o facto do emigrante não poder tirar vantagem de já conhecer a sua sociedade, de já possuir contactos e de usufruir de uma certa influência sobre algum determinado mercado. Essas perdas são bastante menores quando ainda se é jovem, e quando não possui os laços sociais muito enraizados na sua comunidade. Esses custos são ainda agravados com o facto da pessoa ser casada e com o facto da pessoa ter filhos.

Ehrenberg e Smith (2000) exemplificam essa teoria mostrando que a idade onde ocorre a maior percentagem de migração está entre os 20-24 anos. Cerca de 12% das pessoas nessa faixa etária tomam a decisão de migrar entre países ou mesmo entre estados do próprio país. Na faixa dos 32 anos, a taxa de migração é de apenas 8% e aos 47 anos essa proporção diminui para apenas 4%³.

Outro factor bastante decisivo na caracterização do imigrante é o grau de escolaridade. Enquanto a idade é um previsor importante sobre qual faixa da sociedade possui a maior probabilidade de migrar, o nível educacional é um indicador bastante importante na previsão de quem irá migrar dentro de determinada faixa etária.

³ Em Portugal, de acordo com os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) do total de pessoas que solicitaram estatuto de residência no ano de 2004, cerca de 17% estavam na faixa etária dos 25 aos 29 anos, enquanto que cerca de 11% estavam na faixa etária dos 20 aos 24 anos. Cerca de 47% das solicitações corresponderam a jovens entre os 15 e os 34 anos. Excluindo os indivíduos com menos de 14 anos, verificamos que do total líquido de 12.667 solicitações de residência à partir dos 15 anos de idade, 62% corresponde à faixa dos 15 aos 34 anos de idade, mostrando que também em Portugal, a maioria das pessoas que solicitam residência são jovens, de acordo com a teoria do capital humano.

A teoria do capital humano nos diz que indivíduos escolarizados possuem maior tendência para migrar pois possuem maior probabilidade de encontrar oportunidades de trabalho fora do seu círculo social.

Um dos custos da migração consiste na identificação dos locais onde encontrar as oportunidades de trabalho, ou na definição de quão vantajosas essas oportunidades são. Um indivíduo com alto nível educacional minimiza esses custos pela fácil adaptação aos diferentes mercados de trabalho. Mesmo que a migração ocorra sem uma definição prévia de um contrato de trabalho, um indivíduo altamente qualificado possuirá na média maior probabilidade de encontrar emprego nos mais diferentes mercados, do que um indivíduo com baixas qualificações, dado que possuem maior autonomia no processo *job search* por maior facilidade de recolha de informação num ambiente cultural e institucionalmente diferente do seu país de origem. Desta forma e de acordo com a teoria do capital humano, as pessoas mais propensas a migrar são aquelas que possuem um nível educacional elevado.

Borjas (1994) nos mostra que essa teoria se confirma. Usando dados do *U.S Census*, ele nos mostra que em 1970, 18,9% dos imigrantes nos Estados Unidos eram licenciados, enquanto que apenas 15,4% da população nativa possuía ensino universitário completo. Esse número sobe para 25,3% dos imigrantes e 22,9% dos nativos em 1980 e para 26,6% dos imigrantes e nativos em 1990. Assim, pode-se observar que a proporção licenciados que imigram foi sempre maior que a proporção de licenciados do país de destino nas décadas de 70 e 80, vindo a ser equiparadas na década de 90⁴. Uma constatação curiosa desse estudo é que apesar da proporção de imigrantes com ensino universitário ser pelo menos tão grande quanto a proporção dos nativos, visto no outro extremo, a proporção de imigrantes sem segundo grau completo é bastante superior à proporção da população nativa. Em 1970, 48,2% dos imigrantes não apresentavam segundo grau completo, enquanto que apenas 39,6% dos nativos apresentavam essa característica. Em 1980 esse número cai para 37,4% dos imigrantes e 23,1% dos nativos, e em 1990 esses números foram 36,9% dos imigrantes e 14,8% dos nativos. Esses números induzem à conclusão de que as migrações são realizadas

⁴ Os dados do SEF nos mostram que em Portugal é mantida essa mesma tendência: 22% das solicitações de residência no ano de 2004 foram apresentadas por pessoas com ensino superior completo. Comparando com dados do Censo 2001, vemos que esse valor é bastante maior que a proporção da população portuguesa que apresentou apenas 8,6% com esse nível de escolaridade.

maioritariamente nas extremidades da curva da distribuição da escolaridade, condizendo com a teoria da auto-selecção apresentada na secção anterior.

Assim, vimos que a probabilidade de migração está relacionada com os diferenciais de rendimentos nos países de origem e de destino, bem como com os custos dessa migração. Está também relacionada com as divergências nas concentrações de renda dos diferentes países de origem e de destino, e com as características pessoais do indivíduo, como idade e educação.

1.4 Impacto da Migração no País Receptor

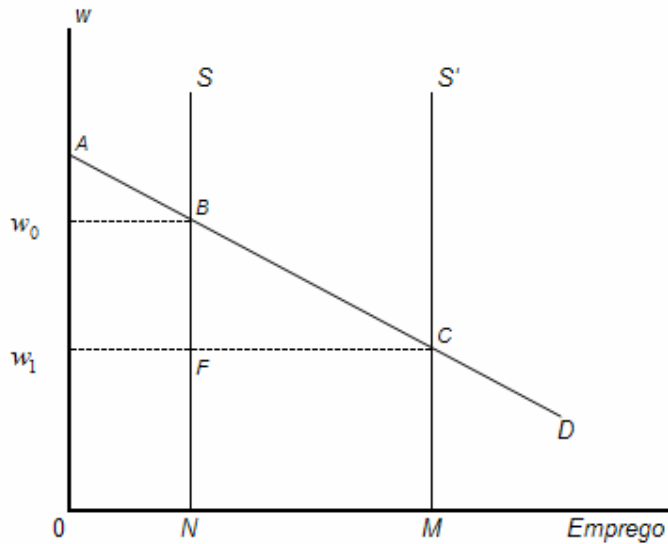
Há recentemente um grande debate na teoria económica sobre os impactos que a migração exerce principalmente no mercado de trabalho do país de destino e no nível salarial dos nativos desse país. A primeira impressão que se tem sobre esse assunto é que os imigrantes ocupam vagas no mercado de trabalho que poderiam estar sendo ocupadas por um trabalhador nativo, e que os imigrantes estão dispostos a trabalhar por menores salários. Isso revela a imagem que é atribuída ao imigrante e explica em parte as discriminações vivenciadas por esse grupo de pessoas.

Mas essas conclusões não devem ser tomadas sem uma análise prévia mais aprofundada sobre o impacto da imigração no mercado de trabalho e nos salários dos nativos. Outro factor importante que deve ser levado em consideração antes da tomada dessas conclusões se refere aos benefícios que esses trabalhadores geram no nível de produção agregada a despeito dos custos sociais que possam originar. É necessário saber se a carga de impostos a que esses imigrantes estão sujeitos são suficientes para cobrir os custos que esses imigrantes geram para a sociedade no uso de programas assistenciais.

Uma forma de determinar o benefício líquido da imigração é demonstrada por Borjas (1996). Consideraremos a análise padrão das curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho representadas na figura 1.4.1. Por simplicidade, é assumido uma curva de oferta de trabalho inelástica representada por S . A curva de demanda por trabalho é representada por D . É assumido um mercado de trabalho concorrencial onde o ponto de equilíbrio se dá em B com N trabalhadores nativos empregados a um salário de equilíbrio de w_0 .

O valor da produção de todos os trabalhadores pode ser representado pela área abaixo da curva de demanda D . Nesse caso, podemos mensurar o valor da renda nacional como a área do trapézio $\overline{ABN0}$.

Figura 1.4.1



Supondo agora que em determinado momento ocorre uma entrada significativa de imigrantes nesse mercado deslocando a curva de oferta para S' . Assumindo que esses imigrantes são substitutos perfeitos dos nativos, isso faz com que o salário de equilíbrio caia para w_1 .

A renda nacional agora é mensurada pela área do trapézio $\overline{ACM0}$. O acréscimo de renda nacional pode ser assim mensurado pelo trapézio $\overline{BCM N}$. Descontando os salários pagos para os imigrantes que podem ser mensurados pela área do retângulo $\overline{FCMN}$, nos sobra o *excedente líquido da imigração* que pode ser mensurado pela área do triângulo $\overline{BCF}$. Esse excedente nos indica que o aumento na renda nacional obtida por um processo de entrada de imigrantes no mercado de trabalho beneficia a população do país receptor como um todo, tanto imigrantes como nativos.

Esse excedente pode ser matematicamente calculado. Sabemos que a alteração na renda nacional será:

$\Delta \text{ renda nacional} = \frac{1}{2}(w_0 - w_1)(M - N)$. Podemos reorganizar os termos para obter:

$$\frac{\Delta \text{ renda nacional}}{\text{renda nacional}} = \frac{1}{2} \frac{(w_0 - w_1)}{w_1} \frac{(M - N)}{M} \frac{w_1 M}{\text{renda nacional}}.$$

$$\% \Delta \text{ renda nacional} = \frac{1}{2} \left(\frac{\% \Delta \text{ na taxa de}}{\text{salário do nativo}} \right) \left(\frac{\text{fração de imigrantes}}{\text{na força de trabalho}} \right) \left(\frac{\% \text{ da renda nacional}}{\text{gasta com o trabalho}} \right),$$

onde Δ representa a variação.

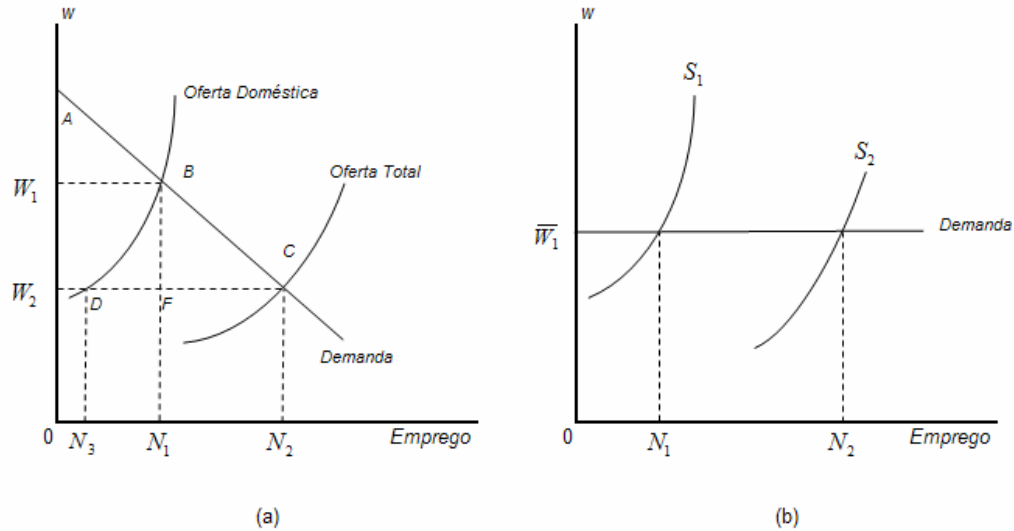
Borjas (1996) nos mostra que o aumento na oferta de trabalho atribuída à entrada de imigrantes é de cerca de 10% nos Estados Unidos. Seus cálculos mostraram que o decréscimo na taxa de salários dos nativos é de cerca de 3% e que a participação do mercado de trabalho na renda nacional é de cerca de 70%. Desta forma, a variação na renda nacional atribuída à entrada de imigrantes seria da ordem de 0,1% ($0,001 \approx 0,5 \times 0,03 \times 0,1 \times 0,7$). Como o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos é de cerca de $7 \times 10^{12} USD$, os ganhos económicos da imigração podem assim ser aproximados para cerca de $7 \times 10^9 USD$ por ano. Se a queda na taxa de salários dos nativos tivesse sido de 10% e não 3%, então o excedente da imigração seria de cerca de $25 \times 10^9 USD$. O autor conclui que o impacto dos gastos dos imigrantes na carga tributária dos nativos é de cerca de $20 \times 10^9 USD$, fazendo com que no agregado, os custos e os benefícios se cancelem.

Ehrenberg e Smith (2000) também consideram precipitadas as conclusões previamente formadas acerca do benefício líquido do ingresso de imigrantes no mercado de trabalho do país receptor. Para eles, os argumentos de que os imigrantes ocupam uma vaga no mercado de trabalho que poderia estar sendo ocupada por um cidadão original do país, aumentando assim o desemprego de trabalhadores nativos, são demasiado simplistas porque ignoram a curvatura das curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho.

Consideremos o mercado de trabalho representado pela figura 1.4.2. Podemos observar que em (a), sem a entrada de imigrantes no mercado de trabalho, N_1 trabalhadores nativos estariam empregados e o salário de equilíbrio se daria em W_1 . Com a entrada de imigrantes, a curva de oferta se deslocaria para a direita e talvez se tornaria menos inclinada, implicando que necessitaríamos de mais imigrantes do que trabalhadores nativos para que houvesse a mesma variação salarial. A entrada dos imigrantes desloca

o salário de equilíbrio para W_2 e o emprego aumenta para N_2 . Podemos observar que nesse ponto, a esse nível salarial, apenas N_3 trabalhadores nativos estariam dispostos a permanecer no mercado. O restante da demanda ($N_2 - N_3$) seria suprida pela oferta de trabalho imigrante.

Figura 1.4.2



Caso esses imigrantes fossem deportados, podemos ver claramente que os cidadãos nativos não preencheriam as vagas liberadas por esses trabalhadores ($N_2 - N_3$). O número de trabalhadores nativos apenas aumentaria de N_3 para N_1 e os seus salários aumentariam de W_2 para W_1 . ($N_2 - N_1$) vagas de trabalho seriam destruídas pelo aumento de salários associado à deportação. Assim, mesmo que a deportação aumente o número de empregos aos cidadãos nativos e seus respectivos salários, certamente esse aumento não seria na proporção de uma vaga de trabalho criada para cada deportação efectuada.

Mas há uma condição em que a deportação gera empregos na proporção de um para um. Essa situação é representada em (b) da figura 1.4.2. Aqui, há rigidez nos salários (salário mínimo) que não permite um nível salarial inferior ao estabelecido. Nesse caso, se a oferta de trabalho dos nativos for S_1 , o equilíbrio se dará em N_1 trabalhadores. Mesmo que a oferta de trabalho se desloque para S_2 , o número de trabalhadores

contratados permanecerá em N_1 . Assim, se houver algum trabalhador em N_1 que seja imigrante, e que venha a ser deportado, então essa vaga de trabalho seria preenchida por algum trabalhador nativo, e aqui sim a deportação aumenta o emprego dos nativos na proporção de um para um.

Vemos aqui que a entrada de imigrantes no mercado de trabalho doméstico pode ser considerada à primeira vista prejudicial. A inserção desses novos trabalhadores levou à uma redução no nível de emprego dos nativos, bem como no nível salarial desses mesmos trabalhadores. Mas essa visão não deve ser analisada isoladamente. É preciso também analisar o benefício que os imigrantes geram aos consumidores do país, pois sua mão-de-obra barata diminui o preço dos produtos e serviços oferecidos, aumentando o consumo e contribuindo para o aumento da renda nacional. Os empregadores também são beneficiados pelo trabalho imigrante pois com os salários mais baixos, seus lucros aumentam. Com isso, aumenta o retorno do capital, que serve como sinal para investidores aumentarem seus gastos em plantas e equipamentos, além de incentivar pessoas comuns a se tornarem empregadores. Além disso, os imigrantes gastam grande parte de seus rendimentos em bens e serviços não transaccionáveis, ou seja, compram bens e serviços produzidos no próprio país, deslocando a demanda agregada para a direita, contribuindo para o aumento no nível de emprego da economia.

Empiricamente, o impacto do imigrante no mercado de trabalho e nos salários dos trabalhadores domésticos é muito pequeno (Borjas 1994 e 1999). A questão que se mantém é saber esses imigrantes realmente arcam com todas as suas despesas, ou seja, se eles, conjuntamente, contribuem mais para o sistema tributário nacional, do que gastam com programas assistenciais de combate a pobreza e bem-estar social.

Borjas (1994), utilizando dados do *U.S Census* mostra que a participação dos imigrantes em programas de bem estar vem aumentando consideravelmente nas últimas três décadas, como pode ser observado na tabela 1.4.1.

Tabela 1.4.1

TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE BEM ESTAR - NATIVOS E IMIGRANTES			
Percentagem de famílias recebendo assistência pública			
Total	1970	1980	1990
Nativos	6,0	7,9	7,4
Imigrantes	5,9	8,7	9,1

Fonte: Borjas, George J., "The Economics of Immigration". Tabela 12

A explicação para esse aumento dos imigrantes na participação em programas de bem-estar é a diferença na composição dos fluxos migratórios. Para Borjas, as recentes ondas migratórias para os EUA são mais propensas a usar os programas assistenciais do que as ondas migratórias mais antigas. Isso porque a origem dos imigrantes tem se alterado significativamente nas diferentes ondas migratórias. A propensão em participação desses programas depende da origem do imigrante, como pode ser visto na tabela 1.4.2.

Tabela 1.4.2

TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE BEM ESTAR POR NACIONALIDADE	
Percentagem de famílias recebendo assistência pública	
País	1990
África do Sul	1,6
Japão	2,3
Nigéria	3,2
Índia	3,4
Reino Unido	3,7
França	4,8
Portugal	7,1
China	10,4
México	11,3
Cuba	16,0
República Dominicana	27,9
Laos	46,3
Cambodia	48,8

Fonte: Borjas, George J., "The Economics of Immigration". Tabela 13

O aumento da participação dos imigrantes em programas de bem-estar tem acarretado um aumento dos gastos do Estado no fomento dessas políticas. A dúvida que permanece é saber se esses gastos estão sendo pagos pelos impostos pagos pelos imigrantes. Um exercício contábil é apresentado pelo autor como forma de elucidar essa indagação. De acordo com os dados do *U.S Census 1990*, 13,1% de todo benefício de transferência de receitas teve como alvo uma família imigrante. $181,3 \times 10^9 USD$ foram os gastos

totais do governo em programas de bem estar. As receitas geradas pelos imigrantes nesse ano foram de $284,7 \times 10^9 USD$ líquidos das transferências em programas de bem-estar. É assumida uma taxa tributária de 30% incidente sobre uma família imigrante. Desta forma, podemos observar que os gastos governamentais proporcionados pela participação dos imigrantes em programas de bem-estar são de cerca de $23,8 \times 10^9 USD$ (13,1% de $181,3 \times 10^9 USD$), enquanto que as receitas auferidas pelo governo pagos pelos imigrantes são de cerca de $85,4 \times 10^9 USD$ (30% de $284,7 \times 10^9 USD$). O saldo líquido do custo do imigrante que é absorvido pelos restantes sectores da sociedade é de cerca de $61,6 \times 10^9 USD$.

Essa comparação é demasiado ingénua e enganosa. Ela só poderia ter algum carácter comparativo se os impostos dos imigrantes fossem apenas utilizados para custear seus gastos. Contudo, imigrantes fazem uso de bens públicos como utilização de parques, estradas, sistema de saúde público, sistema educacional, e que também deveriam ser contabilizados nesse exercício. O problema é que é muito difícil mensurar a utilização de todos os bens oferecidos pelo estado e que são utilizados pelas famílias imigrantes. Em 1990, nos EUA, 91,1% dos impostos foram utilizados nos programas não assistenciais. Como os imigrantes também usufruem desses benefícios, 91,1% de seus impostos serviram para contribuir com o dispêndio no gasto governamental, sobrando assim 8,9% para serem destinados à programas de carácter assistencialista. Desta forma, se formos adoptar esses valores, apenas $7,6 \times 10^9 USD$ foram pagos por imigrantes enquanto que $23,8 \times 10^9 USD$ foram gastos, gerando um saldo monetário líquido negativo de cerca de $16,2 \times 10^9 USD$.

Assim, devido à dificuldade de obtenção fidedigna dos valores associados à contribuição tributária e os gastos associados à integração do imigrante na sociedade, os resultados que se pode tirar desse tipo de exercício pode levar a conclusões radicalmente diferentes.

Uma conclusão que pode ser admitida (Ehrenberg e Smith 2000) é de que os benefícios da imigração estão directamente relacionados com as habilidades dos imigrantes. A entrada de imigrantes com um grau de qualificação superior à dos trabalhadores locais contribui para uma melhoria nas condições de vida do trabalhador local, enquanto que a entrada de imigrantes menos qualificados diminui a renda do trabalhador local pois

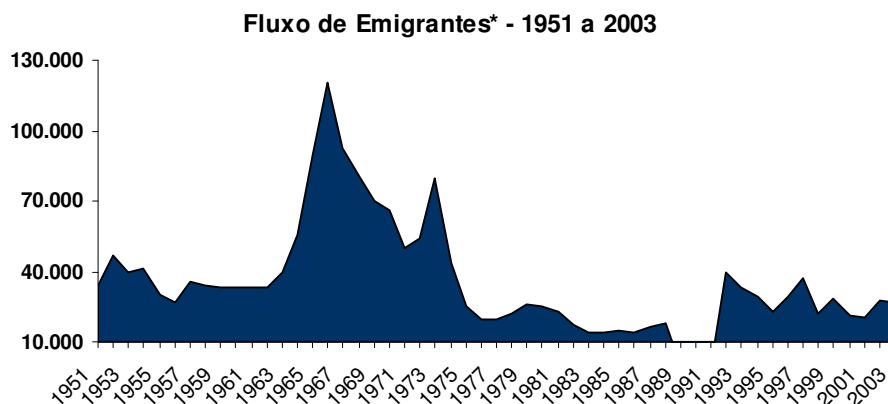
usarão mais que proporcionalmente os benefícios de transferências de bem-estar, que serão arcados pelos impostos pagos principalmente dos trabalhadores locais.

CAPÍTULO 2: Portugal, País de Imigrantes

2.1 Das Emigrações às Imigrações

A observação actual dos fluxos migratórios em Portugal nos leva a concluir que o rótulo que imperou durante muito tempo como país de emigrantes está a se alterar. De acordo com as estatísticas oficiais, Portugal vem apresentando fluxos cada vez menores de emigração. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) nos mostram que nos últimos 30 anos o povo português tem vindo a deixar de abandonar seu país. De acordo com o gráfico 2.1.1 podemos observar que o auge emigratório se deu nos anos de 1964 a 1974 e que a partir daí o fluxo emigratório assume dimensões cada vez menores⁵.

Gráfico 2.1.1



* Não há estatísticas oficiais do número de emigrantes para os anos de 1989 a 1991 devido a alteração no modelo de contagem.

Fonte: INE

Essa alteração de estatuto de país de emigrantes tem vindo a se verificar influenciada principalmente pelo aumento do número de imigrantes observado nos últimos anos. De acordo com dados do INE, em 1975 havia 31.983 imigrantes com autorização de residência⁶ residindo em Portugal. Em 2003, o número de imigrantes em Portugal com

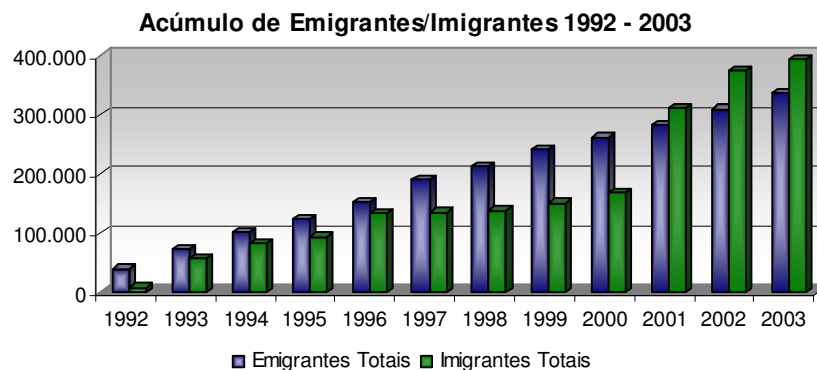
⁵ Os números oficiais ainda são bastante contestados pela literatura, Peixoto (1993 e 2000) nos mostra que há grandes divergências entre os valores oficiais das estatísticas portuguesas em Portugal e os valores oficiais das estatísticas dos países de destino, mostrando que a quantidade de portugueses vivendo nesses países é muito maior do que aquela registada pelo INE.

⁶ As autorizações de residência representam o artefacto oficial do Estado para a regularização de estrangeiros em território nacional de longa periodicidade. São a principal via legal de atribuição de

esse tipo de autorização passou a 250.231. Vemos aqui que o número de imigrantes legais residentes em Portugal sofreu um aumento de cerca de 700% para esse período. Contudo, as alterações de residência não representam a totalidade dos estrangeiros vivendo em território português. Se, por exemplo, incluirmos nessa contagem as regulamentações extraordinárias de 1993 e 1996 e as autorizações de permanência criadas pelo Decreto-Lei nº4/2001⁷, o total de estrangeiros vivendo em Portugal pode alcançar patamares muito superiores aos acima contabilizados. Ainda assim fica de fora a inserção dos imigrantes em situação irregular, já que essa contabilização é bastante mais difícil de se obter dada a sua situação específica.

De acordo com o gráfico 2.1.2 podemos verificar o montante acumulado de entradas de imigrantes ultrapassou o montante acumulado de saídas de emigrantes em Portugal para os anos de 1992 a 2003. Esses números retratam a entrada de imigrantes com autorização de residência somado às regulamentações extraordinárias concedidas em 1993, 1996 e as autorizações de permanência concedidas nos anos de 2001, 2002 e 2003. As saídas de emigrantes correspondem à soma dos emigrantes temporários e emigrantes permanentes.

Gráfico 2.1.2



Fonte: INE

autorizações para a permanência do imigrante em território português. De acordo com os dados do SEF, para o ano de 2005, os imigrantes com autorização de residência totalizavam 276.460 habitantes, enquanto que as prorrogações de autorizações de permanência representavam 93.391 imigrantes e as prorrogações de permanência (vistos de curta duração, vistos de estudo, vistos de trabalho, vistos de trânsito, etc.) representavam 51.443 imigrantes.

⁷ As regularizações extraordinárias e a criação das autorizações de permanência serão melhor abordadas na secção 2.3

Os números nos mostram que a magnitude dos fluxos de entrada e de saída de migrantes em Portugal são já muito diferentes, tendo Portugal deixado de ser um país de emigração para se tornar em um país de imigração.

2.2 A Imigração Regular em Portugal

As alterações políticas, sociais e económicas de Abril de 1974 trouxeram para Portugal uma nova óptica a respeito das imigrações. Com a independência das colónias, cerca de 500.000 a 800.000 portugueses retornaram à metrópole (Rocha-Trindade, 2001). Dos “retornados”, designação dada aos portugueses provenientes das ex-colónias, cerca de 60% haviam nascido em Portugal, enquanto que os outros 40% eram seus descendentes ou pessoas de ascendência africana com nacionalidade portuguesa (Baganha, 2005).

Em 24 de Julho de 1975, o Decreto-Lei nº 308-A/75 retira a nacionalidade a uma parte substancial desses portugueses criando assim uma grande massa de cidadãos que de um momento para o outro passaram a ser rotulados de imigrantes (isto é, estrangeiros residentes em Portugal).

A tabela 2.2.1 nos mostra a composição do grupo dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal de 1975 a 2005 segundo a sua origem (além das grandes áreas geográficas, autonomizam-se os seis principais grupos de nacionalidades segundo o seu peso no stock da população estrangeira residente em Portugal em 2005).

Como pode ser observado, nos primeiros anos da amostra, há um crescimento bastante significativo dos africanos em Portugal justamente pela perda da nacionalidade portuguesa imposta por este Decreto-Lei, somado ao processo de reunificação familiar proveniente desse êxodo colónia - metrópole ocorrido após Abril de 1974.

A partir de 1979, os estrangeiros com autorização de residência em Portugal provenientes de África já são a maioria, se comparado com outros continentes. Representam cerca de 42% da população estrangeira com autorização de residência residente em Portugal.

Tabela 2.2.1

População Estrangeira com Autorização de Residência em Portugal por Principais Nacionalidades - 1975 a 2005

Ano	Europa			África			Am. Cent. e Sul		Am. Norte	Ásia	Outras	Total
	UK	Esp.	Total	C. Verde	Ang.	G. Bissau	Total	Brasil	Total	Total	Total	
1975	3.830	8.879	21.414				503	2.848	3.987	4.809	1.101	31.983
1976	3.180	9.041	19.889				2.463	3.169	4.595	4.328	542	32.032
1977	2.936	8.606	18.792				6.578	3.359	4.928	4.242	744	35.414
1978	2.848	7.274	17.439				13.144	3.765	5.528	4.680	881	41.807
1979	2.659	7.067	16.635				20.025	3.425	5.141	4.383	859	47.189
1980*	2.967	7.180	17.706				27.748	4.136	6.403	4.821	1.153	58.091
1981*	3.332	7.161	18.931				27.948	5.045	8.123	6.018	1.394	62.692
1982*	3.692	7.118	19.924				28.903	5.941	10.481	6.855	1.663	68.153
1983*	4.340	7.247	22.053				32.481	7.202	13.351	8.520	2.219	79.015
1984*	5.079	7.361	23.896	26.451			37.128	7.997	15.394	9.887	2.860	89.625
1985	5.053	6.798	22.060	24.959			34.978	6.804	11.567	7.987	2.564	79.594
1986	5.872	6.958	24.040	26.301	3.966	2.494	37.829	7.470	12.629	9.047	2.958	86.982
1987	6.577	6.985	25.676	26.565	4.187	2.688	38.838	7.830	13.009	8.623	3.124	89.778
1988*	7.115	7.105	27.280	26.953	4.434	3.021	40.253	9.333	14.645	8.338	3.413	94.453
1989	7.761	7.294	29.247	27.972	4.842	3.447	42.789	10.520	15.938	8.737	3.741	101.011
1990	8.457	7.462	31.410	28.796	5.306	3.986	45.255	11.413	17.376	8.993	4.154	107.767
1991	8.912	7.571	33.011	29.743	5.738	4.770	47.998	12.678	18.666	9.236	4.458	113.978
1992*	9.242	7.779	34.732	31.217	6.691	5.696	52.148	14.158	20.310	9.718	4.805	122.348
1993*	9.629	8.091	37.154	32.036	7.635	6.538	55.786	15.731	21.924	10.513	5.520	131.593
1994	10.731	8.531	41.819	36.560	13.589	10.828	72.630	18.612	24.815	10.739	6.322	157.073
1995	11.486	8.887	44.867	38.746	15.829	12.291	79.231	19.901	25.867	10.853	6.730	168.316
1996	11.939	9.314	47.315	39.546	16.282	12.639	81.176	20.082	25.733	10.783	7.140	172.912
1997	12.342	9.806	49.747	39.789	16.296	12.785	81.717	19.990	25.274	10.573	7.192	175.263
1998*	12.680	10.191	52.109	40.093	16.487	12.894	82.467	19.860	24.728	10.310	7.887	177.774
1999*	13.344	11.152	56.731	43.797	17.695	14.140	89.516	20.887	25.818	10.171	7.871	190.896
2000	14.096	12.232	61.709	47.092	20.407	15.936	98.754	22.222	27.419	10.201	8.721	207.607
2001	14.946	13.653	67.121	49.830	22.736	17.783	107.273	23.439	28.856	10.187	9.721	223.976
2002	15.896	14.607	72.229	5.227	24.767	19.222	114.386	24.784	30.424	10.143	10.935	238.944
2003*	16.870	15.307	77.216	53.454	25.626	20.056	118.012	26.559	32.458	10.119	11.584	250.231
2004*	18.005	15.916	83.859	55.590	26.702	20.825	123.093	28.956	35.032	10.129	12.410	265.361
2005**	18.942	16.350	88.217	57.041	27.800	21.475	127.001	31.353	37.420	10.138	12.841	276.460

* Dados do SEF e INE diferem

** Dados do SEF

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

A década de 80 é caracterizada por um crescimento relativamente alto (cerca de 72% entre os anos de 1981 e 1990) da população com autorização de residência residente em Portugal. Se compararmos com o aumento populacional português que no mesmo período apresentou taxas de crescimento negativas de 0.06%, podemos então dimensionar o significado desse valor. Tal crescimento é impulsionado pelo aumento de estrangeiros brasileiros, que representou um aumento de 126%, pelo aumento de estrangeiros provenientes do Reino Unido em 154% e pelo crescimento de estrangeiros asiáticos em cerca de 198%.

Os anos 90 são marcados por um crescimento ainda maior da população estrangeira com autorização de residência em Portugal, alcançando patamares superiores a 80% entre os anos de 1991 a 2000. Tal aumento reflecte no crescimento principalmente dos africanos, que registaram um crescimento de 106% na década, impulsionado principalmente pelo aumento do número de angolanos, 256%, e de guineenses, 234%.

A primeira metade dos anos 2000 é marcada por um crescimento menos intenso no número de estrangeiros com autorização de residência em Portugal. De 2001 a 2005, adquiriram autorizações de residência em Portugal cerca de 52.500 cidadãos estrangeiros, o que representa um aumento em torno de 23,5%. Os imigrantes que adquiriram autorização de residência nesse período foram principalmente os provenientes do Brasil (8.504 imigrantes), Cabo-Verde (7.211 imigrantes) e Angola (5.064 imigrantes).

2.3 Imigração Irregular

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, gera uma onda de investimentos na construção civil principalmente em infra-estruturas. Esse novo modelo económico impulsiona a procura de trabalhadores por parte das empresas gerando um crescimento acentuado das oportunidades no mercado de trabalho português. Segundo Baganha (2005), essas novas oportunidades atraíram uma nova vaga de imigrantes provenientes das ex-colónias em África facilitada pela circulação de informação que era veiculada principalmente pelas redes de carácter informal, que uniam as comunidades de ancestralidade africana às suas comunidades de origem, assim atraindo ao mercado nacional um número crescente de familiares e conterrâneos que tinham permanecido, após a independência, nos seus próprios países. Como o mecanismo de entrada legal mais expedito e eficaz era o recurso aos vistos de curta duração, vai radicar-se em território nacional um número crescente de imigrantes dos PALOP sem autorizações de residência ou permanência. É formada assim uma grande comunidade de imigrantes provenientes principalmente de África que não possuíam situação legalizada em Portugal.

O grande número de imigrantes em situação irregular em Portugal era notório. Assim, com o objectivo de regulação desse stock foi lançado um processo de regularização

extraordinária de acordo com o Decreto-Lei nº 212/92 de 12 de Outubro de 1992 juntamente com o Decreto-Lei nº 59/93 de 3 de Março de 1993 que incluíam medidas de regularização com discriminação positiva em relação aos nacionais de países de língua oficial portuguesa e subsequente implementação de legislação restritiva à entrada de imigrantes (Baganha, 2005).

Os dados da tabela 2.3.1 mostram a composição dessas regularizações extraordinárias.

Tabela 2.3.1

Regularizações Extraordinárias em Número de Cidadãos por Nacionalidade		
	1992/93	% do Total
Angola	12.525	32,0%
Guiné-Bissau	6.877	17,6%
Cabo Verde	6.778	17,3%
Brasil	5.346	13,6%
São Tomé e Príncipe	1.408	3,6%
Senegal	1.397	3,6%
Total	39.166	100,0%
	1996	% do Total
Angola	9.255	26,4%
Cabo Verde	6.872	19,6%
Guiné-Bissau	5.308	15,1%
Brasil	2.330	6,6%
Paquistão	1.754	5,0%
China	1.608	4,6%
Total	35.082	100,0%
	2001/04	% do Total
Ucrania	64.730	35,2%
Brasil	37.951	20,6%
Rep. Moldava	12.647	6,9%
Romenia	10.944	6,0%
Cabo Verde	8.574	4,7%
Angola	8.562	4,7%
Total	183.833	100,0%

Fonte: Fonseca (2005), SEF

Como pode ser observado, cerca de 70% de toda regularização foi destinada a cidadãos provenientes dos PALOP.

Apesar da retórica e do novo enquadramento legal, nada de substancial foi alterado na concessão de vistos de curta duração e os imigrantes continuaram a fixar-se ilegalmente em território português conforme haviam feito no decorrer dos 10 anos anteriores.

Uma nova comunidade de imigrantes irregulares é formada em Portugal e, em 1996, a Assembleia da República aprova um nova regularização extraordinária (Lei nº 17/96 de

24 de Maio). Desta vez, foi regularizada principalmente a situação dos imigrantes que não tinham sido abrangidos pelo processo de regularização anterior e que entretanto tinham se tornado ilegais.

Assim, dos cerca de 35.000 regularizados em 1996, 61% eram cidadãos provenientes de países africanos de língua portuguesa. Há de se notar também o crescimento de imigrantes vindos de regiões relativamente distantes tanto geograficamente como culturalmente, caso do Paquistão e da China, que representaram cerca de 10% de todas as regularizações feitas nesse período.

É importante salientar o alcance dessas medidas. Segundo Pires (2000), dos requerimentos de regularização desses dois processos, apenas 10% viram a sua admissão recusada. A proporção de recusa de admissão foi muito baixa para a imigração lusófona (inferior a 1%), muito elevada para a imigração indiana (43%) e média para as nacionalidades menos representadas na imigração regular (entre 10% e 25%).

Assim, tudo indica que o número de imigrantes ilegais em Portugal tenha decrescido pelo menos na data exactamente posterior à regularização extraordinária de 1996.

Porém, sabe-se que a entrada irregular em território nacional de imigrantes não cessou após esse período. Em Março de 1995, a Convenção de Aplicação de Schengen⁸, fez cessar a exigência de consulta prévia obrigatória para a concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros países de Leste Europeu. Conjugado com a liberdade de circulação no Espaço Schengen, esse facto potenciou a vinda de um grande contingente de imigrantes oriundos dessa região.

Em 1998, com o Decreto-Lei nº 244/98 de 8 de Agosto, é alargado o âmbito dos mecanismos de regularização de imigrantes ilegais, o que torna Portugal um país bastante atractivo principalmente para as redes de tráfico de mão-de-obra (Baganha, 2005).

A conjugação desses dois factores viria a alterar drasticamente a composição dos imigrantes ilegais em Portugal, antes formado maioritariamente por cidadãos provenientes dos PALOP, para cidadãos provenientes de países do Leste Europeu.

Em 10 de Janeiro de 2001, é promulgado o Decreto-Lei nº 4/2001. É criado o estatuto de autorização de permanência, que se aplicava a cidadãos de países terceiros que não

⁸ Acordo que estabelece a livre circulação e abole os controlos fronteiriços entre os Estados signatários.

reunissem as condições para obter o visto adequado, mas que possuísem um contrato de trabalho. O limite da autorização de permanência era de 1 ano, podendo ser renovado até cinco anos (Santos, 2004).

Como pode ser observado pela tabela 2.3.1, os principais beneficiados dessa nova regularização extraordinária foram os cidadãos ucranianos e brasileiros, representando cerca de 56% de toda concessão de autorizações de permanência.

O Decreto-Lei nº 4/2001 veio principalmente mostrar a diversidade das origens dos imigrantes ilegais em Portugal, bem como a grande dimensão dessa população. Foram atribuídos cerca de 184.000 autorizações de permanência, mais que o dobro das atribuições de 1992/93 e 1996 juntas. Uma característica bastante notável dessas atribuições é o volume de regularizações de cidadãos provenientes de países distante culturalmente de Portugal como Ucrânia, República Moldava e Roménia. Baganha *et al.* (2005) apontam três como os factores principais do intenso fluxo migratório do Leste Europeu para Portugal: a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia, a velocidade e facilidade de movimento dentro do espaço Schengen e ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob disfarce de denominadas agências de viagem.

Outro instrumento utilizado por Portugal na tentativa de regularização dos imigrantes ilegais consiste em acordos bilaterais com países de interesse. Portugal já celebrou acordos desse tipo com países Guiné-Bissau, Cabo Verde e Brasil.

Em Julho de 2003 foi celebrado um acordo entre Portugal e Brasil sobre Contratação Recíproca de Nacionais, que prorrogava o prazo de permanência dos cidadãos brasileiros em situação irregular, desde que entrados em Portugal até a data da celebração do acordo, e possuísem um contrato de trabalho válido.

Em 26 de Abril de 2004, com a publicação do Decreto Regulamentar nº 6/2004, foi introduzido mais um mecanismo de regularização extraordinária. Foi aberto primeiramente um período de registo dos ilegais, para posterior regularização dos trabalhadores imigrantes entrados até 12 de Março de 2003 que tivessem sido contribuintes, pelo menos 90 dias, para a Segurança Social e para a Administração Fiscal.

Baganha (2005) nos mostra que em Outubro de 2004, ao abrigo do Acordo Luso-Brasileiro e do Decreto Regulamentar nº 6/2004, inscreveram-se para regularizar a sua

situação de permanência no país mais de 80.000 imigrantes em situação ilegal. Desse total cerca de 30.000 por via do Acordo Luso-Brasileiro de 2003 e 50.000 por via do Decreto Regulamentar nº 6/2004, mostrando assim que o problema da entrada ilegal de imigrantes em Portugal não foi resolvido, nem muito menos amenizado. Conforme pode ser observado pela tabela 2.3.2, a lista das principais nacionalidades de imigrantes que se registaram ao abrigo do Decreto Regulamentar nº 6/2004 demonstra que Portugal está cada vez mais inserido no sistema migratório internacional, com uma variedade cada vez maior de imigrantes de origens distintas, longínquas e sem qualquer vínculo aparente com o território nacional.

Tabela 2.3.2

Registos para Regularização de Permanência sob Abrigo do D. R. nº 6/2004 - Principais Nacionalidades	
Ucrania	8.328
Brasil	6.727
Angola	5.672
Romenia	5.106
Cabo Verde	3.570
Senegal	2.756
Guiné-Bissau	2.585
Marrocos	2.585
Rep. Moldava	2.380
China	1.834
Índia	1.589
Paquistão	1.426
São Tomé e Príncipe	1.122
Bulgária	1.120

Fonte: Baganha (2005)

Desta forma, pudemos observar que Portugal se tornou um país bastante atractivo às redes de migrações internacionais. O fluxo de imigrantes em território nacional vem crescendo constantemente e a um ritmo bastante acentuado. A diversidade de nacionalidades também vem se alterando constantemente.

Mas, mesmo apesar de todo esse acentuado e constante crescimento, Portugal ainda apresenta um peso da comunidade imigrante bastante inferior aos seus vizinhos europeus, como pode ser observado pelos dados da tabela 2.3.3.

Tabela 2.3.3

Stock de População Estrangeira - Milhares e Percentagem		
	1999	2001
Luxemburgo	159,4	166,7
% da população total	36,0	37,5
Suíça	1 368,7	1 419,1
% da população total	19,2	19,7
Austria	748,2	764,3
% da população total	9,2	9,4
Alemanha	7 343,6	7 318,6
% da população total	8,9	8,9
Belgica	897,1	846,7
% da população total	8,8	8,2
Grécia		762,2
% da população total		7,0
França	3 263,2	
% da população total	5,6	
Suécia	487,2	476,0
% da população total	5,5	5,3
Dinamarca	259,4	266,7
% da população total	4,9	5,0
Reino Unido	2 208,0	2 587,0
% da população total	3,8	4,4
Holanda	651,5	690,4
% da população total	4,1	4,3
Noruega	178,7	185,9
% da população total	4,0	4,1
Irlanda	117,8	151,4
% da população total	3,2	3,9
Espanha	801,3	1 109,1
% da população total	2,0	2,7
Itália	1 252,0	1 362,6
% da população total	2,2	2,4
Portugal	190,9	223,6
% da população total	1,9	2,2
República Checa	228,9	210,8
% da população total	2,2	2,0
Finlândia	87,7	98,6
% da população total	1,7	1,9
Hungria	127,0	116,4
% da população total	1,2	1,1
Polónia	42,8	
% da população total	0,1	

Nota: Dados referentes aos registos populacionais ou aos registos de estrangeiros excepto França e Grécia (Censo), Itália, Portugal e Espanha (permissão de residência), Polónia (Estimativas), Irlanda e Reino Unido (Observatório da Força de Trabalho). Os dados referem à população em 31 de Dezembro do ano indicado.

Fonte: OCDE

De acordo com dados da OCDE, Portugal apresentava em 2001 apenas 2,2% de sua população formada por cidadãos estrangeiros com autorização de residência. Em comparação com países como Luxemburgo (37,5%), Suíça (19,7%), Áustria (9,4%) e

Alemanha (8,9%), concluímos que a proporção de imigrantes em Portugal ainda é relativamente baixa.

Contudo, segundo dados do SEF, no ano de 2001 foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a estrangeiros em território nacional que não possuíam situação regularizada. Desta forma, podemos concluir que no mínimo, Portugal possuía 350.503 imigrantes para o ano de 2001. Isso representa cerca de 3,4% de sua população para esse ano, mostrando que o peso dos imigrantes no total da população em Portugal não é assim tão baixa.

Com a continuidade do crescimento acentuado ocorrido nos últimos anos, e a tendência estacionária do crescimento populacional, Portugal em breve alcançará os patamares apresentados pelos países europeus que tradicionalmente são as escolhas de destino migratórias.

2.4 Caracterização do Imigrante em Portugal

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Portugal possuía em 2005 um total de 276.460 estrangeiros com autorização de residência vivendo no país.

Como pode ser observado pela tabela 2.4.1, os imigrantes jovens e de sexo masculino representam a maioria dos cidadãos estrangeiros aqui residentes. Dos 276.460, cerca de 54% são do sexo masculino. O grupo etário de maior representatividade é formado por pessoas dos 25 aos 29 anos de idade.

Desse total de residentes estrangeiros, cerca de 32% é formado por cidadãos provenientes da Europa. Os países europeus que mais possuem residentes em Portugal são o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha. Esses três países juntos somam 55% de todos os europeus aqui residentes, mostrando que ainda há uma grande diversidade de nacionalidades dos imigrantes de origem europeia vivendo em Portugal.

Tabela 2.4.1

População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, por Nacionalidade e Sexo, Segundo o Grupo Etário - 2005

Nacionalidade		Total	0-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	>=60
Total	HM	276.460	28.006	17.422	19.454	28.457	35.915	34.744	29.684	22.701	16.245	11.107	9.199	23.526
	H	149.203	14.924	9.287	10.366	14.364	18.909	19.153	16.847	13.181	9.239	6.117	5.019	11.797
	M	127.257	13.082	8.135	9.088	14.093	17.006	15.591	12.837	9.520	7.006	4.990	4.180	11.729
Europa	HM	88.217	8.444	4.194	4.121	7.559	9.634	8.628	7.809	6.711	5.810	5.847	5.671	13.789
	H	46.141	4.526	2.269	2.085	3.180	4.585	4.333	4.135	3.722	3.264	3.257	3.165	7.620
	M	42.076	3.918	1.925	2.036	4.379	5.049	4.295	3.674	2.989	2.546	2.590	2.506	6.169
Alemanha	HM	13.529	1.204	707	812	1.068	1.212	1.026	1.314	1.296	1.076	865	1.024	1.925
Espanha	HM	16.350	1.247	545	539	2.019	2.092	1.773	1.342	1.174	1.001	826	719	3.073
Reino Unido	HM	18.942	1.551	784	667	664	821	1.214	1.518	1.382	1.422	1.993	2.076	4.850
África	HM	127.001	13.614	9.632	10.869	13.034	16.629	17.423	14.774	11.349	7.627	3.454	2.312	6.284
	H	72.027	7.325	5.071	5.824	7.001	9.329	10.409	9.220	7.194	4.659	1.994	1.267	2.734
	M	54.974	6.289	4.561	5.045	6.033	7.300	7.014	5.554	4.155	2.968	1.460	1.045	3.550
Angola	HM	27.800	3.330	2.516	2.661	3.651	5.026	4.144	2.341	1.583	841	450	322	935
Cabo Verde	HM	57.041	5.606	3.835	4.479	4.874	5.979	7.036	6.808	6.148	4.953	1.937	1.376	4.010
Guiné-Bissau	HM	21.475	2.461	1.956	2.057	2.096	2.466	3.175	3.254	1.986	926	475	223	400
Moçambique	HM	5.105	214	155	355	682	885	773	605	419	306	227	126	358
S. T. e Príncipe	HM	8.340	1.350	745	838	935	1.018	993	850	620	332	204	129	326
Am. do Norte	HM	10.138	1.253	1.117	1.138	1.297	967	680	590	484	394	434	342	1.442
	H	5.754	683	661	683	849	605	364	296	282	188	229	165	749
	M	4.384	570	456	455	448	362	316	294	202	206	205	177	693
EUA	HM	8.014	963	866	921	1.016	675	488	423	395	325	376	283	1.283
Am. Cen. e Sul	HM	37.420	3.215	1.834	2.583	5.415	6.638	5.836	4.740	2.950	1.672	879	485	1.173
	H	17.610	1.592	982	1.373	2.719	3.174	2.713	2.109	1.296	729	378	212	333
	M	19.810	1.623	852	1.210	2.696	3.464	3.123	2.631	1.654	943	501	273	840
Brasil	HM	31.353	2.716	1.263	1.792	4.757	5.715	4.984	4.066	2.516	1.384	730	398	1.032
Ásia	HM	12.841	1.433	593	702	1.108	1.944	2.030	1.662	1.120	687	453	336	773
	H	7.213	775	278	383	597	1.167	1.249	1.028	633	366	240	175	322
	M	5.628	658	315	319	511	777	781	634	487	321	213	161	451
China	HM	5.517	873	316	361	535	854	901	659	405	203	128	101	181
Índia	HM	1.775	107	45	54	192	342	300	212	162	92	52	52	165
Outros	HM	843	47	52	41	44	103	147	109	87	55	40	53	65

Fonte: SEF

Um caso interessante de se salientar, é o caso dos imigrantes do Reino Unido. Vemos que eles são o grupo de maior número de cidadãos europeus em Portugal, e que contrariamente à tendência nacional, eles possuem uma faixa etária muito maior que a média. O grupo etário mais representativo é formado por pessoas dos 55 aos 59 anos seguido por pessoas dos 50 aos 54 anos.

A África constitui o continente mais representativo em território português. Eles representam cerca de 46% de todos os imigrantes residentes em Portugal. São constituídos principalmente por cidadãos provenientes dos PALOP, representando 94% dos africanos. A taxa de masculinidade representa cerca de 57% de sua população e são constituídos principalmente por pessoas jovens. Vemos que os grupos etários mais

representativos são os de pessoas entre os 30 e 34 anos seguido pelo grupo de pessoas entre os 25 e 29 anos.

Os imigrantes da América do Norte são representados maioritariamente por cidadãos provenientes dos EUA (80%). São constituídos em sua maioria por pessoas do sexo masculino e jovens, o que deverá estar associado à presença da base militar norte-americana nos Açores.

Um outro grupo bastante grande de imigrantes em Portugal é o proveniente das Américas Central e do Sul. São formados por 37.420 pessoas, sendo dessas 31.353 (84%) formada apenas por brasileiros. O Brasil é o segundo país com mais autorizações de residência em Portugal, só ficando atrás de Cabo Verde. Contrariando a tendência, das 37.420 pessoas provenientes das Américas Central e Sul, cerca de 53% são do sexo feminino. Essa percentagem é influenciada pelas brasileiras (16.731) que representam 53% dos cidadãos nacionais do Brasil com autorização de residência em Portugal. A maioria desses imigrantes provenientes das Américas Central e Sul é formada também por pessoas jovens, com maior representatividade os grupos etários dos 25 aos 29 anos seguido do grupo formado por pessoas dos 30 aos 34 anos.

Os asiáticos em Portugal com autorização de residência são 12.841, principalmente provenientes da China e da Índia (57%). Seguem a tendência nacional formados maioritariamente por jovens e do sexo masculino.

Como pôde ser observado, a maioria dos imigrantes em Portugal é formado por pessoas jovens, do sexo masculino. Este facto indica que podemos estar perante imigrações de carácter económico, ou seja, pessoas que vieram a Portugal em busca de melhores condições de emprego (facto que apenas não se enquadra aos imigrantes provenientes do Reino Unido). Se assim for, então o local de destino desses imigrantes em Portugal deverá ser os grandes centros urbanos onde se concentra o maior número de vagas de trabalho.

A tabela 2.4.2 nos mostra os distritos de residência onde se encontram os 276.460 imigrantes com autorizações de residência em Portugal para o ano de 2005.

Como pode ser observado, a grande maioria dos imigrantes em Portugal reside no distrito de Lisboa (52,1%), seguido por Faro (13,8%) e Setúbal (11,2%). Esses três distritos somados representam 77,1% dos imigrantes residentes em Portugal. De acordo com dados do INE, em 2005 Portugal possuía uma população residente de 10.569.592

habitantes, sendo que no distrito de Lisboa residiam 2.215.219 habitantes, o que representava 21,0% da população.

Tabela 2.4.2

População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, por Nacionalidade, Segundo o Distrito de Residência 2005

Nacionalidade	Total	%	Europa	%	África	%	Am. do Norte	%	Am. Cen. e Sul	%	Ásia	%	Outros	%
Total	276.460	100,0%	88.217	100,0%	127.001	100,0%	10.138	100,0%	37.420	100,0%	12.841	100,0%	843	100,0%
Aveiro	9.657	3,5%	2.584	2,9%	1.585	1,2%	741	7,3%	4.393	11,7%	337	2,6%	17	2,0%
Beja	1.529	0,6%	1.210	1,4%	114	0,1%	30	0,3%	146	0,4%	26	0,2%	3	0,4%
Braga	4.507	1,6%	1.803	2,0%	852	0,7%	88	0,9%	1.535	4,1%	221	1,7%	8	0,9%
Bragança	647	0,2%	276	0,3%	139	0,1%	9	0,1%	184	0,5%	37	0,3%	2	0,2%
Castelo Branco	1.112	0,4%	491	0,6%	184	0,1%	54	0,5%	295	0,8%	85	0,7%	3	0,4%
Coimbra	8.405	3,0%	4.577	5,2%	1.768	1,4%	331	3,3%	1.446	3,9%	247	1,9%	36	4,3%
Évora	1.392	0,5%	831	0,9%	263	0,2%	24	0,2%	203	0,5%	66	0,5%	5	0,6%
Faro	38.052	13,8%	24.280	27,5%	8.479	6,7%	940	9,3%	2.850	7,6%	1.286	10,0%	217	25,7%
Guarda	1.178	0,4%	462	0,5%	173	0,1%	178	1,8%	314	0,8%	49	0,4%	2	0,2%
Leiria	4.108	1,5%	1.844	2,1%	856	0,7%	350	3,5%	889	2,4%	154	1,2%	15	1,8%
Lisboa	144.133	52,1%	31.892	36,2%	84.539	66,6%	5.156	50,9%	14.528	38,8%	7.622	59,4%	396	47,0%
Portalegre	1.198	0,4%	751	0,9%	175	0,1%	20	0,2%	195	0,5%	57	0,4%		0,0%
Porto	14.954	5,4%	6.178	7,0%	3.051	2,4%	263	2,6%	4.352	11,6%	1.078	8,4%	32	3,8%
Santarém	2.621	0,9%	1.148	1,3%	677	0,5%	135	1,3%	490	1,3%	161	1,3%	10	1,2%
Setúbal	30.843	11,2%	4.212	4,8%	22.569	17,8%	263	2,6%	2.682	7,2%	1.056	8,2%	61	7,2%
Viana do Castelo	2.298	0,8%	1.364	1,5%	197	0,2%	140	1,4%	499	1,3%	97	0,8%	1	0,1%
Vila Real	979	0,4%	351	0,4%	175	0,1%	20	0,2%	398	1,1%	35	0,3%		0,0%
Viseu	2.069	0,7%	769	0,9%	287	0,2%	125	1,2%	811	2,2%	70	0,5%	7	0,8%
Açores	2.921	1,1%	881	1,0%	562	0,4%	1.186	11,7%	225	0,6%	59	0,5%	8	0,9%
Madeira	3.857	1,4%	2.313	2,6%	356	0,3%	85	0,8%	985	2,6%	98	0,8%	20	2,4%

Fonte: SEF

O distrito de Faro possuía 416.847 habitantes representando 3,9% da população, enquanto que o distrito de Setúbal possuía 837.696 habitantes, representando 7,9% da população total. O somatório da população residente nesses três distritos nos dá 3.323.328 o que representa 31,4% da população portuguesa. Isso nos mostra que a população imigrante em Portugal concentra-se muito mais em determinadas localidades do país quando comparada com a população em geral.

Dos europeus aqui residentes, 36,2% encontram-se a residir em Lisboa. Uma grande parcela dessa população reside em Faro (27,5%). Do total de imigrantes a residir em Faro, cerca de 64% é formado por imigrantes europeus.

Os africanos, que em sua grande maioria são formados por pessoas provenientes dos PALOP, residem maioritariamente no distrito de Lisboa (66,6%) seguido por Setúbal (17,8%).

Os imigrantes da América do Norte, basicamente norte-americanos, residem maioritariamente em Lisboa (50,9%) e nos Açores (11,7%). Isso nos mostra a

representatividade da base militar norte americana nos imigrantes provenientes dos EUA em Portugal.

Os estrangeiros com autorização de residência provenientes das Américas Central e do Sul, representados basicamente por cidadãos brasileiros, são caracterizados por uma maior diversidade de escolhas de locais de residência. Possuem bastante representatividade em Lisboa (38,8%), mas também em distritos como Aveiro (11,7%), Porto (11,6%), Faro (7,6%) e Setúbal (7,2%). Esse facto pode ser explicado pela heterogeneidade dos imigrantes brasileiros em Portugal, onde é possível encontrar tanto imigrantes com baixas qualificações como imigrantes com altas qualificações. A caracterização dos imigrantes brasileiros e consequentemente suas opções de localização são um tema bastante vasto e demandaria maiores esforços nessa área, o que não é o objectivo desse trabalho.

Os asiáticos não fogem à regra e se situam maioritariamente em Lisboa (59,4%) com uma grande representatividade em Faro (25,7%) e Setúbal (7,2%).

Assim, podemos caracterizar os imigrantes que possuem autorização de residência em Portugal como uma população maioritariamente masculina e jovem, onde 163.998 (59,3%) possuem idade inferior a 35 anos de idade. É formada principalmente por cidadãos originários dos PALOP, Brasil e Reino Unido, totalizando 170.056 habitantes, o que representa 61,5% do total de imigrantes com autorização de residência em Portugal. São uma população bastante concentrada, onde 77,1% reside em distritos onde apenas 31,4% da população portuguesa reside e estão localizados principalmente nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal.

Uma curiosidade constatada por essa análise é o baixo número de imigrantes da Europa de Leste, principalmente representados por ucranianos, romenos e moldavos. Segundo o SEF, para o ano de 2005, havia em Portugal 5.074 imigrantes com autorização de residência proveniente desse grupo de nacionalidade, o que representou apenas 1,8% dos imigrantes com autorização de residência em Portugal para o ano de 2005.

CAPÍTULO 3: A Escolha da Localidade

A decisão de migrar implica uma escolha do local de destino da migração. O resultado dessa escolha influencia de modo decisivo as consequências da própria migração não apenas para o migrante, mas também para a economia da própria região de destino.

São vários os impactes que o afluxo de imigrantes poderá produzir sobre a economia regional: aumento da procura de bens e serviços resultante do acréscimo de população, aumento da oferta de trabalho com as implicações, pelo menos potenciais, sobre os salários e o emprego da população nativa, pressão sobre as finanças locais por congestionamento na utilização de bens públicos e pelas implicações em matéria de política social.

Dados os impactes potenciais das migrações sobre as regiões de acolhimento dos migrantes, é da maior importância conhecer os factores que determinam a escolha da região de destino do indivíduo migrante, quais as características que mais os atraem e quais as que mais os repelem. Munidos desse conhecimento, os responsáveis políticos poderão procurar influenciar a intensidade e a composição dos fluxos migratórios.

A escolha da localidade do imigrante depende de um conjunto de factores relacionados quer com o local de destino, quer com as características individuais de cada imigrante.

Dentre as características da localidade podemos citar as de cunho demográfico, como o número de habitantes desse local, a população estrangeira que vive nesse local e o número de imigrantes com a mesma origem (nacional e/ou étnica) residentes nesse mesmo local.

É de se esperar que os imigrantes sejam atraídos para localidades com um grande número de habitantes, pois são esses grandes centros que concentram as oportunidades laborais. A influência do número de habitantes foi documentada por Jaeger (2000) e Scott *et al.* (2005).

A concentração de estrangeiros num determinado local pode exercer influência na escolha da localização do imigrante por sinalizar que essa região possui características atractivas para os diversos grupos de nacionalidades que a escolheram. Se determinada região foi escolhida por um número considerável de imigrantes, é porque essa região proporciona boas condições a esses imigrantes. E se eles ainda permanecem lá, é porque aparentemente foram bem recebidos e se adaptaram às condições dessa localidade, isto

é, as suas expectativas foram de algum modo confirmadas. Além disso, onde a população estrangeira se concentra em maior número, é de se esperar que haja uma grande diversidade social, linguística, gastronómica e cultural, o que torna a adaptação do imigrante recém-chegado mais fácil, o que contribui na diminuição dos custos da imigração. Assim sendo, é de se esperar que os imigrantes tendam a escolher locais onde já exista população estrangeira residente contribuindo também para que haja um alto grau de concentração relativo na população imigrante (Bartel, 1989, Chiswick *et al.*, 2002 e Chiswick e Miller, 2004).

As localidades com maior número de imigrantes da mesma origem podem ser atractivas aos potenciais imigrantes pois a presença de conterrâneos aumenta a possibilidade de se encontrar determinados produtos provenientes de sua cultura, tais como produtos alimentícios, bebidas, músicas típicas, jornais e espaços de convívio⁹, reduzindo assim os custos da imigração. A influência desse factor está bem documentada na literatura: Bartel (1989), Bauer *et al.* (2002), Jaeger (2000), Jaeger (2006), Zavodny (1998) e Pedersen *et al.* (2004).

Dado que a maioria dos imigrantes não chega ao local de destino já com um emprego garantido¹⁰, as características do mercado de trabalho no destino também podem desempenhar um papel importante na tomada da decisão do potencial imigrante (Jaeger, 2000 e Jaeger, 2006). A taxa de desemprego da região em questão pode ser um factor de atracção ou repulsão na análise da escolha da localidade. Espera-se que os imigrantes optem por regiões com baixas taxas de desemprego, onde sua inserção no mercado de trabalho será, a princípio, mais rápida comparativamente àquelas que apresentem maiores taxas de desemprego. Estudos que mostram a influência da taxa de desemprego na escolha da localidade são: Jaeger (2000), Jaeger (2006) e Pedersen *et al.* (2004).

Outra variável do mercado de trabalho que pode influenciar a escolha da localidade do imigrante é o nível salarial esperado na região de destino. Áreas onde o trabalho é melhor remunerado podem exercer um poder de atracção superior nos imigrantes do que aquelas onde o trabalho é menos remunerado porque, para tudo o resto igual, os

⁹ A literatura refere a esses produtos como bens étnicos.

¹⁰ Jaeger (2006) mostra que o total de imigrantes nos EUA que entraram no país com visto de emprego representavam menos de 10% do total de imigrantes em 1971, número esse que aumentou para 18% em 1992 mas que caiu novamente para cerca de 11% entre os anos de 1995 e 2000. SOPEMI (2002) mostra que apesar do aumento da entrada de imigrantes pela via laboral, o componente familiar é ainda aquele que domina a entrada de imigrantes na maioria dos países da OCDE para o ano de 2000.

benefícios associados à migração serão maiores nessas localizações (Scott *et al.*, 2005, Dunlevy, 2001 e Pedersen *et al.*, 2004).

Outro conjunto de características que pode influenciar a escolha do potencial local de destino do imigrante são aquelas de cunho económico. Sempre que estas variem de região para região, espera-se que os imigrantes sejam sensíveis às características específicas dos planos de bem-estar social aplicados nas diversas localidades de destino potencial. Sendo incerto o sucesso da imigração, não é possível saber antecipadamente o tempo que demorará ao imigrante ingressar no mercado de trabalho (para aqueles que não imigraram com emprego garantido), não se sabe quanto tempo demorará ao imigrante (e sua família) para encontrar um local para morar, nem se os seus rendimentos serão suficientes para os suportar seus custos totais (e de sua família). Por isso, espera-se que os imigrantes optem por locais onde as políticas de assistência social são mais generosas, ou por locais onde é sabido que um número grande de pessoas ou famílias se beneficiam dessas políticas, melhor prevenindo os riscos inerentes a essas e outras situações que possam vir a verificar-se (episódios futuros de desemprego, doença, etc.)¹¹.

Outro possível importante factor na escolha da localização do imigrante é à carga fiscal no destino, dado que maior carga fiscal significa, para tudo o resto igual, menor valor actual líquido do benefício associado à decisão de migrar. O dispêndio da administração local em opções de lazer também pode ser uma variável de atractividade do imigrante, dado que as regiões com maior oferta de entretenimento podem ser mais desejadas pelos imigrantes, como pela população em geral, sobretudo, para os mais qualificados.

Ainda dentre as características locais podemos citar as de cunho geográfico, como a distância entre o local de destino e de origem do imigrante. Espera-se que quanto maior for essa distância, maior será o custo da migração e, portanto, menor a atractividade desse local (Pedersen *et al.*, 2004). O clima também pode ser um factor relevante para a escolha do destino, nomeadamente, no que se refere a condições de temperatura e precipitação (Scott *et al.*, 2005).

Mas além das características do local de destino, também afectam a decisão de localização, as características intrínsecas a cada imigrante. Um factor que pode ser

¹¹ Embora esse efeito seja esperado, nem sempre se encontram evidências de que sejam significativos, como documentado por Pedersen *et al.* (2004) e Zavodny (1998).

relevante na escolha da localidade é a originalidade étnica. Dada a origem do imigrante, sua escolha de destino poderá ser influenciada pelas condições de inserção social com que esse imigrante se deparará. Destinos com passado xenófobo, racista e com presença constante de grupo discriminatórios podem ser menos atraentes aos imigrantes.

Um outro factor que pode ter um peso bastante importante na escolha do destino do imigrante é o seu grau de escolaridade. Esse factor pode influenciar a escolha do destino pois os imigrantes com um nível de escolaridade baixo podem recluir maiores dificuldades na inserção ao mercado de trabalho, fazendo com que as condições laborais na potencial região de escolha seja um factor ainda mais importante na sua tomada de decisão. Alguns estudos empíricos nos mostram que a importância das características da localidade podem alterar de acordo com o nível de educação do imigrante, como demonstrado por Bartel (1989) e Scott *et al.* (2005).

Também, o conhecimento da língua falada na região de destino pode exercer influência na escolha da localização (Pedersen *et al.*, 2004). Os imigrantes que possuem grandes competências linguísticas na língua materna do local de destino podem inserir-se mais rapidamente no mercado de trabalho. Também a sua adaptação à sociedade local pode se tornar muito fácil e, por isso, eles poderão optar preferencialmente por regiões em que a língua utilizada seja mais próxima da língua utilizada na origem.

Além do nível educacional e da capacidade em se comunicar na mesma língua falada no local de destino, outras características intrínsecas ao imigrante como a idade, o sexo e o estado civil podem também exercer influência na escolha do melhor destino à se imigrar.

Conhecer o peso que cada imigrante, ou grupo de imigrantes, atribui a cada uma dessas características é de fundamental importância à previsão da escolha da localidade a que as próximas ondas migratórias se destinarão. E conseguir prever o destino dos próximos fluxos migratórios é de suma importância no planeamento das políticas públicas locais e federais. Por isso, esse tema tem sido objecto de vários estudos, principalmente nas últimas décadas.

Na literatura, os estudos mais frequentes são aqueles que analisam as escolhas dos imigrantes nos EUA (Bartel, 1989, Zavodny, 1998, Jaeger, 2000, Jaeger, 2006, Bauer *et*

al. 2002, Bauer *et al.* 2005 e Chiswick e Miller 2004)¹². Outros estudos analisam o caso da Finlândia (Ritsilä e Haapanen, 2003), Dinamarca (Damm, 2005), Suécia (Åslund, 2001) Austrália (Chiswick *et al.*, 2002). Pedersen *et al.* (2004) analisam a decisão de localização num contexto multi-nacional (países da OCDE).

Para Portugal, não foram encontrados trabalhos referentes ao estudo da escolha da localidade dos imigrantes.

Os diversos estudos na literatura sobre a influência das características do local de destino mostram que há uma grande diversidade de variáveis explicativas, e que essas representam diferentes influências na tomada de decisão sobre a escolha da região. Essas influências podem variar de acordo com a periodicidade da amostra, de acordo com a origem dos imigrantes e de acordo com o local de destino que está a ser estudado. Mas apesar de todas essas divergências, é consensual a importância da existência de imigrantes de mesma origem na localização de destino na tomada de decisão da escolha da localidade.

¹² Outros estudos que possuem os EUA como país de destino também podem ser encontrados em Basu (1997), Kaushal (2005), Scott *et al.* (2005) e Dunlevy (2001).

CAPÍTULO 4: Escolha da Localidade: Análise Empírica

4.1 Descrição dos Dados

A base de dados utilizada na análise empírica da escolha da localização do imigrante em Portugal foram os Quadros de Pessoal para o ano de 2004. Os Quadros de Pessoal são uma fonte de informação administrativa colectada anualmente pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Por lei, todo estabelecimento que possuir ao menos um trabalhador remunerado é obrigado a preencher um questionário padronizado com informações sobre o próprio estabelecimento (localidade do estabelecimento, actividade económica, número de trabalhadores), sobre a firma como um todo (localidade da sede, actividade económica, número de funcionários, volume de negócios, estatuto legal) e sobre cada trabalhador (género, idade, nacionalidade, habilitações, profissão, remuneração, horas trabalhadas). Todos os estabelecimentos são obrigados a deixar disponíveis os questionários dos Quadros de Pessoal a seus trabalhadores em espaços públicos de forma a facilitar o trabalho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social na monitorização do cumprimento das leis do trabalho. Esses factores tornam os Quadros de Pessoal uma base de dados bastante abrangente, retratando fidedignamente a realidade das condições de trabalho em Portugal.

A partir do ano de 2000, os Quadros de Pessoal passaram a incluir em seu questionário informações referentes à nacionalidade dos trabalhadores, permitindo assim sua utilização em estudos referentes à imigração e ao desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal (Carneiro *et al.*, 2006).

Uma desvantagem referente aos Quadros de Pessoal é que essa base de dados não captura informações referentes aos funcionários públicos, nem aos trabalhadores por conta própria.

Nos estudos referentes às escolhas da localização dos imigrantes, não é muito frequente a utilização desse tipo de dados pois não são abrangidos por essas fontes os imigrantes que não possuem trabalho legal ou que estão desempregados. A utilização dessa base nesse estudo se justifica principalmente pelo facto de estarmos interessados nas decisões do novo imigrante que se deslocou para Portugal sobretudo por razões económicas, dado que eles representam a maioria dos imigrantes em Portugal. Para isso, torna-se

mais prudente a utilizações do local de trabalho como variável estudada e não o local de residência propriamente dito¹³.

A base de dados Quadros de Pessoal 2004 possui um total de 2.912.303 observações. Para a análise apenas dos imigrantes, foram excluídos da amostra as observações dos indivíduos de nacionalidade portuguesa, o que gerou uma amostra de 146.594 trabalhadores com nacionalidade não portuguesa. Se compararmos esse número com as estatísticas oficiais (INE), vemos que a representatividade da amostra corresponde a mais de 55% de todos os estrangeiros em Portugal com autorização de residência para o ano de 2004.

É bastante importante para o estudo a utilização apenas de imigrantes recém chegados a Portugal, dado que é essa população que leva em consideração a influência das características pessoais e do local de destino na escolha da localidade. A utilização do stock de imigrantes abrangeria também os imigrantes que já escolheram Portugal como país de destino há bastante tempo e que hoje podem não se encontrar a trabalhar no local de escolha inicial. As forças que levaram esse imigrante a migrar internamente em Portugal seriam captadas pela análise dos dados em stock, e não representariam o objectivo desse estudo. Para podermos realizar a análise apenas com os novos imigrantes em Portugal, foram utilizados os indivíduos com nacionalidade não portuguesa que aparecem na amostra de 2004 e que não existiam em 2003. Essa exclusão foi efectuada utilizando como chave o número de beneficiário da Segurança Social. A obtenção dos imigrantes recém-chegados por essa via gera algumas imperfeições dado que não é possível garantir que em 2003 a ausência de um determinado imigrante não se deveu ao facto de no momento a que se refere os Quadros de Pessoal 2003 (Outubro de 2003) o imigrante não estar presente na base por estar sem trabalho legal ou desempregado apesar de já se encontrar a residir no país. O recuo a períodos anteriores a 2003, embora pudessem aumentar a margem de segurança, também não garantiria que essas imperfeições fossem corrigidas pelo que se optou por não recorrer a este tipo de informação.

Assim, dos 146.594 indivíduos, ficamos com uma amostra de 48.889 indivíduos que estando presentes na base de dados em 2004, não estavam em 2003. Foram excluídos da

¹³ A diferença entre a escolha do local de trabalho ou do local de residência torna-se menos importante nesse estudo dado que estaremos a trabalhar com a unidade geográfica “distrito”, onde a localidade de trabalho e residência serão maioritariamente as mesmas.

amostra os trabalhadores cujas moradas do estabelecimento tinham como localidade os arquipélagos da Madeira e dos Açores, restringindo a amostra para 46.683 indivíduos¹⁴. Desse total foram também excluídos os indivíduos sem número de beneficiário da Segurança Social, com os números de beneficiário inválidos, ou iguais a zero, o que gerou uma amostra total final de 32.825 indivíduos.

As variáveis de escolha utilizada nesse trabalho são os dezoito distritos de Portugal continental (Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu). Embora a unidade distrito já não seja utilizada para fins estatísticos, é ainda a referência territorial que é utilizada pelo SEF nos seus relatórios e estatísticas.

Como pode ser visto através das estatísticas descritivas apresentadas no Anexo 3, apenas os estabelecimentos com moradas nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Viseu receberam novos imigrantes para o ano de 2004. O distrito de Lisboa recebeu a grande maioria (56,6%) seguido de Faro (16,5%). É importante notar a ausência de novos imigrantes em estabelecimentos com moradas em distritos onde há um grande número de imigrantes a residir, como é o caso de Setúbal e Coimbra.

Para captar a influência das variáveis referentes à localidade de escolha na decisão de imigrar do trabalhador estrangeiro em 2004, foi criado um ficheiro com os dados referentes às características de cada região em 2003 contendo as seguintes variáveis; percentagem da população empregada por grupo etário; percentagem da população empregada por escalão de escolaridade; percentagem da população empregada proveniente de cada grupo de nacionalidades; e salário esperado por cada trabalhador imigrante em cada distrito atendendo às suas características relevantes.

A variável percentagem da população empregada por grupo etário foi dividida em três escalões de idade: dos 16 aos 24 anos de idade, dos 25 aos 54 anos de idade e com 55 ou mais anos de idade.

Percentagem da população empregada por escalão de escolaridade foi dividida em cinco grupos: inferior ao segundo ciclo do ensino básico, segundo ciclo do ensino básico, terceiro ciclo do ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

¹⁴ Admite-se que a escolha entre as Regiões dos Açores e da Madeira e o Continente é de natureza diferente da escolha entre diferentes localizações no Continente devido à descontinuidade territorial.

A percentagem da população empregada proveniente de cada grupo de nacionalidades foi dividida em oito grupos de nacionalidades¹⁵: Europa, Europa de Leste, PALOP, África, Ásia, América Latina, América e Outros.

Para a variável salário esperado foi estimada uma equação de salários¹⁶ para cada distrito contendo como variáveis explicativas o género, a idade, o tempo na empresa, o nível educacional e uma variável dummy com a informação de indivíduo imigrante ou não.

As outras variáveis incluídas no modelo foram a população residente no distrito em 2003 e a taxa de desemprego no distrito.

Os dados referentes à população residente no distrito em 2003 foram extraídos das Estimativas da População Residente - Estatísticas Demográficas do INE e utilizada em milhares.

A taxa de desemprego no distrito foi calculada do seguinte modo:

$$\frac{\left(\begin{array}{c} \text{nº de desempregados inscritos nos centros} \\ \text{de emprego do distrito} \end{array} \right)}{\left(\begin{array}{c} \text{nº de desempregados inscritos nos centros} \\ \text{de emprego do distrito} \end{array} \right) + (\text{população empregada no distrito})} \times 100$$

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego foi obtido junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Usou-se a informação relativa ao mês de Outubro de 2003 já que a informação sobre a população empregada no distrito foi extraída dos Quadros de Pessoal de 2003, que tem como período de referência aquele mês.

Estatísticas descritivas relativas ao conjunto da amostra podem ser consultadas no Anexo 3.

¹⁵ A lista de países pertencentes a cada grupo de nacionalidades está exposta no Anexo 1.

¹⁶ Maiores detalhes sobre a estimação da variável salários esperados estão expostos no Anexo 2.

4.2 Modelo Empírico

O modelo econométrico escolhido para a análise da escolha da localidade dos imigrantes em Portugal é o *Conditional Logit Model*¹⁷ (McFadden, 1974). Esse tipo de análise é bastante usual em estudos com essa finalidade (Bartel, 1989, Åslund, 2001, Scott *et al.*, 2005, Jaeger, 2000, Jaeger, 2006, Basu, 1997, Bauer *et al.*, 2002, Bauer *et al.*, 2005).

Assumimos que os indivíduos possuem um conjunto de escolha de N possibilidades de localização que geram um nível de utilidade U_{ij} para o indivíduo i na localidade j . O indivíduo irá comparar as utilidades associadas a cada uma das N localidades e escolherá aquela em que sua utilidade seja maior. A probabilidade de que o indivíduo i escolha a localidade j é dada por:

$$P_{ij} = P(U_{ij} = \text{Max}(U_{i1}, U_{i2}, \dots, U_{iN}))$$

Assumimos também que o nível de utilidade do indivíduo em cada localidade será uma função de um vector de características da localidade, L_j , e um vector de iterações de características do indivíduo e da localidade, X_{ij} . Assumindo uma relação linear obtemos:

$$U_{ij} = \alpha L_j + \beta X_{ij} + e_{ij},$$

onde α e β são os parâmetros a serem estimados e e_{ij} o termo errático.

Por conveniência, podemos reescrever essa equação da seguinte forma:

$$U_{ij} = \gamma Z_{ij} + e_{ij}, \text{ onde } Z_{ij} = [L_j, X_{ij}] \text{ e } \gamma = [\alpha, \beta]$$

¹⁷ Não há um consenso com relação ao nome atribuído e esse tipo de análise. Alguns autores denominam *Conditional Logit Model* (Greene 2003, Wooldridge, 2002, McFadden, 1974) enquanto outros denominam *Multinomial Logit Model* (Bartel, 1989) ou mesmo *Multiple Logit Model* (Davidson e MacKinnon, 2004).

O *Conditional Logit Model* e o *Multinomial Logit Model* possuem respostas de probabilidade similares, mas diferem em alguns importantes aspectos.

Em modelos onde as variáveis explicativas não se alteram entre as alternativas, onde representam apenas características específicas aos indivíduos, o modelo mais apropriado de estimação será o *Multinomial Logit Model* (Greene, 2003).

Em modelos onde as variáveis explicativas incluem aspectos específicos ao indivíduo bem como atributos à variável de escolha, então o modelo mais apropriado de estimação será o *Conditional Logit Model*. (Greene, 2003)

O *Multinomial Logit Model* pode ser transformado em *Conditional Logit Model* com a introdução de uma matriz de dummies. Por isso, o *Multinomial Logit Model* é considerado como um caso especial do *Conditional Logit Model* (Wooldridge, 2002).

Assim, podemos reescrever a probabilidade de escolha da localidade j como sendo:

$$P_{ij} = (Z_{ij} + e_{ij} > Z_{i1} + e_{i1}, Z_{ij} + e_{ij} > Z_{i2} + e_{i2}, \dots, Z_{ij} + e_{ij} > Z_{iN} + e_{iN}).$$

McFadden (1974) nos mostra que se, e somente se, $e_{ij}, j=1, \dots, N$, forem independentes e identicamente distribuídos, com distribuição Weibull do tipo $F(e_{ij}) = \exp(-\exp(-e_{ij}))$, então:

$$P_{ij} = \frac{\exp(\alpha' L_j + \beta' X_{ij})}{\sum_{j=1}^N \exp(\alpha' L_j + \beta' X_{ij})} = \frac{\exp(\alpha' L_j) \exp(\beta' X_{ij})}{\sum_{j=1}^N \exp(\alpha' L_j) \exp(\beta' X_{ij})} = \frac{\exp(Z'_{ij} \gamma)}{\sum_{j=1}^N \exp(Z'_{ij} \gamma)} \quad (4.1)$$

Equação (4.1) pode assim ser estimada usando máxima verossimilhança. As estimativas resultantes de γ nos dão o impacto de Z_{ij} no nível de utilidade implícita que o indivíduo associou a localidade j .

Nesse estudo, Z_{ij} é composta pelas variáveis *ethnic*, *eqage*, *eqeduc*, *expwage*, que variam tanto entre indivíduos como entre as localidades, e *desemp* e *popres*, que são fixas para os indivíduos e variam entre as localidades. As variáveis são formadas à partir do ficheiro de informações de 2003 mostrado na secção anterior.

Ethnic representa a percentagem da população empregada no distrito j proveniente do mesmo grupo de nacionalidade do indivíduo i .

Eqage representa a percentagem da população empregada no distrito j pertencente ao mesmo grupo etário do indivíduo i .

Eqeduc representa a percentagem da população empregada no distrito j pertencente ao mesmo escalão de escolaridade do indivíduo i .

Expwage representa o salário esperado em horas do indivíduo i no distrito j .

Desemp representa a taxa de desemprego do distrito j .

Popres representa a população residente no distrito j , em milhares.

Os efeitos marginais de uma alteração no vector de características Z_{ij} na probabilidade do indivíduo escolher determinada localidade é dado pela derivada de (4.1) com respeito a essa característica:

$$\frac{\partial P_{ij}}{\partial Z_{ij}} = [P(y = j)(1 - P(y = j))]\gamma$$

Aqui, vemos que os efeitos marginais irão variar com as características da localidade j . Assim, será utilizado o procedimento adoptado por Jaeger (2000), Jaeger (2006), Bauer

et al. (2002) e Bauer *et al.* (2005) e calculados os efeitos marginais “médios” de uma alteração na matriz de variáveis Z_{ij} na probabilidade do indivíduo escolher a localidade j .

$$\frac{\partial \overline{P}_{ij}}{\partial Z_{ij}} = \left[\left(\frac{1}{N} \right) \left(1 - \frac{1}{N} \right) \right] \hat{\gamma}$$

Em nossa análise, é assumido que a escolha da localidade do distrito de destino do imigrante em Portugal corresponde ao conjunto dos dezoito distritos continentais, ou seja, $N=18$. Para obter então os efeitos marginais “médios”, os coeficientes estimados de (4.1) devem ser multiplicados por 0,0525.

4.3 Análise dos Resultados da Estimação

Os resultados da estimação do *Conditional Logit Model* estão mostrados na tabela 4.3.1. O modelo foi estimado primeiramente para o conjunto de toda a amostra, e em seguida estimado para cada grupo de nacionalidade. Os resultados apresentados na tabela 4.3.1 representam os efeitos marginais “médios” correspondentes. Os resultados dos coeficientes estimados estão expostos no Anexo 4.

Para o conjunto de toda a amostra, todas as variáveis estimadas são estatisticamente significativas a um nível de significância de 1%. Em conformidade com os estudos de Bartel (1989), Jaeger (2000), Jaeger (2006), Zavodny (1998) e Pedersen *et al.* (2004), a variável *ethnic* possui influência positiva na probabilidade de escolha do local de trabalho do novo imigrante em Portugal. Isso indica que os novos imigrantes¹⁸ são atraídos para distritos com maiores percentagens de estrangeiros de mesma nacionalidade.

A variável *popres* também apresentou influência positiva na probabilidade de escolha da localidade dos imigrantes em Portugal, mostrando que os novos imigrantes também são atraídos para distritos com maior número de residentes, resultado também encontrado na literatura em Bauer *et al.* (2002), Zavodny (1998), Jaeger (2000) e Scott *et al.* (2005).

¹⁸ Dadas especificidades dos dados, a expressão *novos imigrantes* não reporta a todos os imigrantes que chegaram em Portugal, e sim, apenas aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Tabela 4.3.1

Conditional Logit Mode						
	<i>ethnic</i>	<i>eqage</i>	<i>eqeduc</i>	<i>expwage</i>	<i>desemp</i>	<i>popres</i>
Todos	0,020728	-0,186015	0,075733	-0,005570	-0,007214	0,000080
Likelihood Ratio 90575.2030	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Europa	0,057278	0,113699	0,206401	0,006897	-0,003849	0,000062
Likelihood Ratio 5975.4945	(<i><,0001</i>)	(<i>0,3384</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0007</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Europa de Leste	0,017094	-0,223414	0,133762	-0,002441	-0,006727	0,000075
Likelihood Ratio 18927.4303	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0028</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0650</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
PALOP	0,020934	-0,588678	-0,032326	-0,011108	-0,009191	0,000089
Likelihood Ratio 38410.9556	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,2106</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
África	0,534058	-0,607672	0,093461	-0,007991	-0,002315	0,000083
Likelihood Ratio 1448.8318	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0823</i>)	(<i>0,2215</i>)	(<i>0,1953</i>)	(<i>0,0033</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Ásia	0,115643	0,252341	0,104581	0,001111	-0,007014	0,000087
Likelihood Ratio 3752.6844	(<i><,0001</i>)	(<i>0,2678</i>)	(<i>0,0649</i>)	(<i>0,8111</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
América Latina	0,026427	-0,396369	0,084895	-0,001037	-0,008604	0,000073
Likelihood Ratio	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,5226</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
América	1,111503	0,571549	-0,041670	0,032474	-0,008433	0,000042
Likelihood Ratio 215.3700	(<i>0,1154</i>)	(<i>0,3824</i>)	(<i>0,8357</i>)	(<i>0,0107</i>)	(<i>0,0007</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Outros	0,021540	0,306310	0,178964	-0,014223	-0,003821	0,000072
Likelihood Ratio 2483.2848	(<i>0,0013</i>)	(<i>0,0125</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						

Os valores entre parênteses refrem-se aos P-Value associados a cada parâmetro estimado

Um resultado bastante interessante encontrado nesse estudo foi que as variáveis relativas ao mercado de trabalho possuem influência na probabilidade de escolha do distrito (conforme Jaeger, 2000, Jaeger, 2006, Åslund, 2001, Dunlevy, 2001, Bauer *et al.*, 2002 e Bauer *et al.*, 2005), onde a taxa de desemprego influencia negativamente a probabilidade de escolha do distrito de destino (conforme Bauer *et al.*, 2002, Bauer *et al.*, 2005, Jaeger, 2000 e Jaeger, 2006) e contrariamente ao esperado, a variável *expwage* apresenta influência negativa na probabilidade de escolha. Isso nos mostra que os novos imigrantes em Portugal são atraídos para distritos com menores taxas de desemprego e onde pagam salários mais baixos. Essa característica pode estar vinculada

ao facto de os imigrantes poderem estar dispostos a se sujeitarem às mais adversas condições de trabalho, em troca da garantia de uma oportunidade laboral.

Os resultados referentes às variáveis de características dos imigrantes nos mostram que a percentagem de trabalhadores de mesma idade, indicada pela variável *eqage*, é um factor que provoca influência negativa na probabilidade de escolha do distrito enquanto que a percentagem de trabalhadores de mesmo nível educacional, indicada pela variável *eqeduc* é um factor de atracção aos novos imigrantes.

Quando analisamos a estimação realizada para cada grupo de nacionalidade, vemos que os resultados indicam diferenças de comportamento na escolha da localização.

Os novos imigrantes provenientes do grupo de nacionalidade Europa apresentam os mesmos resultados vistos para os imigrantes em geral, mas com duas particularidades. Primeiro, a estimação do coeficiente *eqage* não foi significativa, não podendo assim apresentar qualquer conclusão sobre essa variável. Segundo e mais importante, o coeficiente da variável *expwage* foi positivo e significativo (ao menos a 5%), juntamente com o grupo de nacionalidade América, contrariando não só o resultado apresentado para todos os indivíduos, como também os demais grupos de nacionalidades. Isso nos indica que esses imigrantes, maioritariamente formados por europeus ocidentais, norte-americanos e canadianos, são atraídos para distritos onde os salários são mais altos e provavelmente não se sujeitam às condições adversas do mercado de trabalho. Uma parte não quantificada mas certamente não negligenciável deste grupo de imigrantes vêm para Portugal na qualidade de trabalhadores de empresas multinacionais que já os empregavam noutras localizações pelo que apresentam, do ponto de vista do mercado de trabalho, uma situação específica consistente com aquele resultado.

Os imigrantes de Europa de Leste, o maior grupo da amostra como pode ser verificado nas estatísticas descritivas no Anexo 3, apresentam os mesmos resultados apresentados para a amostra como um todo, mas com uma particularidade, a variável *expwage* não foi significativa para esse grupo de imigrantes.

Os imigrantes proveniente dos PALOP, segundo maior grupo da amostra, também apresentam os mesmos resultados apresentados para a amostra como um todo, com a particularidade da variável *eqeduc* não ser significativa.

Os grupos de nacionalidades África e Ásia apresentaram os mesmos resultados, com as variáveis *ethnic*, *desemp* e *popres* as únicas a apresentarem resultados significativos e em conformidade com os resultados apresentados para o total da amostra.

O resultado do grupo de imigrantes provenientes de América Latina, o terceiro maior grupo da amostra, apenas não foi significativo na variável *expwage*, apresentando nas demais variáveis a mesma tendência observada na amostra como um todo.

Os imigrantes provenientes do grupo América, representados pelos americanos e canadianos, o menor grupo da amostra, apenas obtiveram resultados significativos (ao menos a 5%) nas variáveis *expwage*, *desemp* e *popres*. Esse grupo mostrou atribuir importância às condições do mercado de trabalho na escolha do distrito, bem como no número de residentes.

O grupo de nacionalidade Outros foi significativo (ao menos a 5%) para todas as variáveis do estudo. Os resultados mostraram que a decisão de escolha do distrito desse grupo é influenciada positivamente pelas variáveis *ethnic*, *eqage*, *eqeduc* e *popres* e negativamente pelas variáveis *expwage* e *desemp*.

Visto de uma forma geral, podemos concluir que as únicas variáveis que não alteraram de sinal e foram significativas tanto para a amostra como um todo, bem como para todos os grupos de nacionalidade, foram as variáveis *desemp* e *popres*. Isso nos mostra que os novos imigrantes trabalhadores em Portugal são negativamente influenciados pela taxa de desemprego e positivamente influenciados pelo número de residentes na probabilidade de escolha do distrito de destino.

A variável *ethnic*, apresentada na literatura como variável de grande importância na escolha da localidade do imigrante, também possui um papel de destaque na escolha do distrito de destino dos novos imigrantes em Portugal. Vemos que ela apresenta o mesmo sinal positivo para a amostra como um todo, bem como para todos os grupos de nacionalidades, e que só não é significativo para o grupo de nacionalidade América.

As outras variáveis do modelo, *eqage*, *eqeduc* e *expwage* variaram tanto de sinal como de significância entre a amostra como um todo e os grupos de nacionalidades analisados, não permitindo assim conclusões de tendências acerca dessas variáveis.

CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objectivo o estudo da escolha da localidade de destino dos imigrantes em Portugal. Para a análise empírica foram utilizados os dados dos Quadros de Pessoal.

Para o ano de 2004, a taxa de desemprego no distrito de destino foi uma variável que afectou negativamente todos os imigrantes recém-chegados. Independentemente da nacionalidade de origem, essa variável foi sempre significativa e com coeficiente negativo. A variável salário esperado foi significativa para o conjunto de todos os imigrantes, e inesperadamente com sinal negativo. Não foi significativa para todos os grupos de nacionalidades separadamente e apresentou variação de sinal de seu coeficiente quando estimado para esses grupos isoladamente. Esses resultados nos mostram que os imigrantes em Portugal, em conformidade com a literatura, levam em consideração as condições do mercado de trabalho na escolha da localidade de destino e, pelo menos, na escolha da primeira localização no país de acolhimento, valorizam mais a probabilidade de encontrar um emprego do que o respectivo salário.

Outra característica que demonstrou possuir bastante importância na escolha da localização do imigrante foi o número de população residente no distrito. Essa variável também apresentou resultados sempre significativos e com sinal do coeficiente constante, mas dessa vez positivo, para todos os grupos da análise, independentemente da nacionalidade de origem.

A variável que capta a importância da presença de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo de nacionalidade também demonstrou bastante importância na escolha da localização do imigrante. Em acordo com a literatura, esse resultado nos mostra que os imigrantes em Portugal preferem locais onde há maior número de indivíduos de mesma origem.

A idade e o nível de educação do imigrante em comparação com a idade e o nível de educação do distrito de escolha também são factores que influenciam a decisão da escolha da localização dos imigrantes como um todo, mas esses resultados variaram de acordo com o grupo de nacionalidade proveniente do imigrante. A idade possui influência negativa, mostrando que os novos imigrantes procuram localidades onde há menor número de pessoas com a sua faixa etária. O nível de escolaridade possui

influência positiva, mostrando que os novos imigrantes são atraídos para localidades onde há grande número de pessoas com o mesmo nível de escolaridade.

Outro resultado relevante identificado nesse trabalho é que a importância atribuída à variável salário esperado é diferente entre as nacionalidades estudadas. Os imigrantes provenientes do grupo de nacionalidade Europa e América são atraídos para distritos onde o seu salário esperado é mais alto, enquanto que os imigrantes provenientes dos PALOP são atraídos para distritos onde os salários esperados são mais baixos.

Vimos também que os imigrantes que já residem em Portugal são em sua maioria pessoas jovens e do sexo masculino. São provenientes principalmente dos PALOP, Brasil e Reino Unido e concentram-se nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal.

Os resultados empíricos nos mostram que as variáveis taxa de desemprego, população residente e concentração étnica influenciam a decisão de localização do imigrante, tanto para a amostra total quanto para a grande maioria dos grupos de nacionalidades. Por isso, é de se esperar que as próximas ondas migratórias que se destinam a Portugal escolherão como localidade de destino os distritos mais populosos, com baixa taxa de desemprego e grande presença de população conterrânea, ou seja, é de se esperar que as escolhas de destino continuem a ser os distritos de Lisboa e Faro maioritariamente.

Essa informação pode ser de bastante utilidade aos governantes federais e locais, pois poderão adoptar medidas de incentivo ou desincentivo aos respectivos distritos como forma de incentivar ou desincentivar a entrada de população estrangeira. Além disso, na ocorrência de um aumento considerável dos fluxos migratórios, as autoridades desse distritos já sabem, munidos desses resultados, que o destino de grande parte desse fluxo será as regiões sob suas alçadas, e que medidas de acolhimento a esses imigrantes devem ser postas em prática para que esses novos estrangeiros sejam bem adaptados de forma gerar mais valias à economia local, aumentando a eficiência e a competitividade portuguesa, contribuindo para o aumento da renda nacional, e melhorando assim, a vida de todos em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Åslund, O. (2001), “Now and Forever? Initial and Subsequent Location Choices of Immigrants”, IFAU Office of Labour Market Policy Evaluation, Working Paper 2001:11

Baganha, M. I. (2005), “Política de Imigração: A regulação dos Fluxos”, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 73, pp. 29-44.

Baganha, M. I., J. C. Marques e P. Góis (2005) “Imigrantes de Leste em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatísticas, nº 38, pp. 31-48.

Bartel, A. P. (1989), “Where Do the New U.S. Immigrant Live?”, Journal of Labor Economics, vol. 7, nº4.

Basu, B. (1997), “Advanced Consideration of Migration and the Choice of Destination: A Joint Decision”, Applied Economics, 29.

Bauer, T., Epstein, G. S. e Gang, I. N. (2002), “Herd Effects or Migration Networks? The Location Choice of Mexican Immigrants in the U. S.”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Discussion Paper nº 551.

Bauer, T., Epstein, G. S. e Gang, I. N. (2005), “Enclaves, Languages, and the Location Choice of Migrants”, Journal of Population Economics, nº 18, pp. 649-662.

Borjas, G. J. (1987), “Self-Selection and the Earnings of Immigrants”, American Economic Review, Vol. 77, nº 4, pp. 531-553.

Borjas, G. J. (1994), “The Economics of Immigration”, Journal of Economic Literature, Vol. XXXII, pp. 1667-1717.

Borjas, G. J. (1996), “Labor Economics”. McGraw-Hill Book Co, International Editions – Economics Series.

Borjas, G. J. (1999), “The Economic Analysis of Immigration”, Orley C. A. e D. Card (editors), Handbook of Labor Economics, Vol. 3A, pp. 1697-1760, North-Holland.

Carlos, L. P., V. Franco, T. F. Gomes, P. Guibentif, R. P. Pires e A. Saint-Maurice, (1991), “Portugal, País de Imigração”, M. C. Esteves (organizadora), 1ª ed. Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, caderno 22.

Carneiro, A., Fortuna, N. e Varejão, J. (2006), “Immigrants’ Earnings and Workplace Characteristics”, mimeo.

Chiang, Alpha (1982), “Matemática para Economistas”, McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 2ª Ed.

Chiswick, B. R., Lee, Y. L. e Miller, P.W. (2002), “The Determinants of the Geographic Concentration among Immigrants: Application to Australia”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Discussion Paper n° 462.

Chiswick, B. R. e Miller, P. W. (2004), “Where Immigrants Settle in the United States”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Discussion Paper n° 1231.

Damm, A. P. (2005), “Determinants of Recent Immigrants’ Location Choice: Quasi-Experimental Evidence”, CAM Center for Applied Microeconometrics, Department of Economics – University of Copenhagen.

Davidson, R. e MacKinnon, J. G. (2004), “Econometric Theory and Methods”, Oxford University Press

Dunlevy, J. A. (2001), “On the Settlement Patterns of Recent Caribbean and Latin Immigrants to the United States”, *Growth and Change* – Winter 22(1), pp. 54-67.

Ehrenberg, R. G. e R. S. Smith (2000), “Modern Labor Economics – Theory and Public Policy”, Addison Wesley Logan, 7th edition.

Ferreira, E. S., H. Rato e M. J. Mortágua (2004), “Viagens de Ulisses: Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa”, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - Observatório da Imigração, 1ª ed. Lisboa.

Fonseca, M. L., M. Ormond, J. Malheiros, M. Patrício e F. Martins (2005), “Reunificação Familiar e Imigração em Portugal”, Fonseca, M. F. (coordenadora), Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - Observatório da Imigração, 1ª ed. Lisboa.

Greene, W. H. (2003) “Econometric Analysis”, 5ª Ed., Prentice Hall

Heckman, J. J. e B. E. Honoré (1990), “The Empirical Content of the Roy Model”, *Econometrica*, Vol. 58, n° 5, pp. 1121-1149

Hoffmann, R. (1998), “Estatística para Economistas”, Pioneira Thompson Learnings, São Paulo – Brasil, 3ª Ed. revisada e ampliada.

Jaeger, D.A. (2000), “Local Labor Markets, Admission Categories, and Immigrant Location Choice”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit.

Jaeger, D.A. (2006), “Green Cards and the Location Choices of Immigrants in the United States, 1971-2000”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Discussion Paper n° 2145.

Kaushal, N. (2005) “New Immigrants’ Location Choice: Magnets without Welfare” *Journal of Labor Economics*, vol. 23, n° 1.

Lucas, R. E. B. (2004), “International Migration Regimes and Economic Development”, Report do seminário do Executive Group on Development Issues on International Migration Regimes and Economic Development, disponível em <http://www.egdi.gov.se/pdf/egdi.pdf>

Maddala, G. S. (1983), “Limited-Dependent and Qualitative Variables in Econometrics”, Econometric Society Monographs, Nº 3, Cambridge University Press.

McFadden, D. (1974), “Conditional Logit Analysis of Qualitative Choice Behaviour”, Zarembka, P. (editor), *Frontiers in Econometrics*, pp.105-142, Academic Press Inc.

McFadden, D. L. (1984), “Econometric Analysis of Qualitative Response Models”, Griliches, Z. e Intriligator, M. D. (editores), *Handbook of Econometrics*, Vol. 2, pp.1396-1457, Elsevier Science Publisher BV.

Pedersen, P. J., Pytlikova, M. and Smith, N. (2004), “Selection or Network Effects? Migration Flows into 27 OECD Countries, 1990-2000”, IZA Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Discussion Paper nº 1104.

Peixoto, J. (1993), “Migrações e Mobilidade: As Novas Formas da Emigração Portuguesa a Partir de 1980”, M. B. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão e M. H. Pereira (comissão organizadora), *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX).

Peixoto, J. (2000), “A Emigração. História da Expansão Portuguesa”, F. Bethencourt e K. Chaudhuri (direcção), Ed. Temas e Debates e Autores, Vol. 5, Navarra, Espanha.

Peixoto, J. (2004), “País de Emigração ou País de Imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal”, SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, Working Paper nº 2.

Pires, R. P. (2000). “A Imigração. História da Expansão Portuguesa” F. Bethencourt e K. Chaudhuri (direcção), Ed. Temas e Debates e Autores, Vol 5, Navarra, Espanha.

Ritsilä, J. and Haapanen, M. (2003), “Where do the Highly Educated Migrated? Micro-level Evidence from Finland”, *International Review of Applied Economics*, vol. 17, nº 4.

Rocha-Trindade, M. B. (2001), “História da Imigração em Portugal (I)”, JANUS 2001, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa..

Roy, A. D. (1951), “Some Thoughts on the Distribution of Earnings”, *Oxford Economic Papers (New Series)*, Vol. 3, pp. 135-146.

Santos, V. (2004), “O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos Anos 60 a 80 e Imigração dos Anos 90 à Actualidade”, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - Observatório da Imigração, 1ª ed. Lisboa.

Scott, D. M., Coomes, P. A. e Izyumov, A. I. (2005), “The Location Choice of Employment-Based Immigrants Among U.S. Metro Areas”, Journal of Regional Science, vol 45, nº 1.

So, Y. e Kuhfeld, W. F. (2005), “Multinomial Logit Models”, SUGI 20, TS-722G, disponível em http://support.sas.com/techsup/tnote/tnote_stat.html#market.

SOPEMI (2002), “SOPEMI - Trends in International Migration”, Annual Report, Continuous Reporting System on Migration, OCDE.

SOPEMI (2007), “SOPEMI - Trends in International Migration”, Annual Report, Continuous Reporting System on Migration, OCDE.

Wooldridge, J. (2002), “Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data”, The Massachusetts Institute of Technology Press.

Zavodny, M. (1998), “Determinants of Recent Immigrants’ Locational Choices”, Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper 98-3.

Sítios consultados:

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas Demográficas.
<http://www.ine.pt>

Serviço de Estrangeiro e Fronteiras.
<http://www.sef.pt>

Organisation for Economics Co-operation and Development
<http://www.oecd.org>

Instituto do Emprego e Formação Profissional
<http://www.iefp.pt>

ANEXO 1

Lista de países por grupo de nacionalidades:

Europa: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Listenstaina, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Suécia, Chipre, Eslováquia, Malta, Polónia, Turquia, República Checa, Hungria, Estónia, Eslovénia, Letónia, Lituânia e Suíça.

Europa de Leste: Roménia, Rússia, Moldávia, Ucrânia, Jugoslávia (Sérvia).

PALOP: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique.

África: Marrocos, Senegal, Guiné Konakri e restantes países da África.

Ásia: China, Índia, Japão, Bangladesh, Filipinas, Paquistão e restantes países da Ásia.

América Latina: Brasil, Venezuela e restantes países da América do Sul, Cuba, México e restantes países da América Central.

América: Estados Unidos da América e Canadá.

Outros: Timor, restantes países da Oceânia, restantes países da Europa e Apátridas.

ANEXO 2

A equação estimada para salário esperado foi a seguinte:

$$\text{saláριο}h = \beta_0 + \beta_1 \text{sexm} + \beta_2 \text{age} + \beta_3 \text{agesq} + \beta_4 \text{tenure} + \beta_5 \text{tenuresq} + \beta_6 \text{educ2} + \\ + \beta_7 \text{educ3} + \beta_8 \text{educ4} + \beta_9 \text{educ5} + \beta_{10} \text{educ0} + \beta_{11} \text{imig} + e$$

onde:

saláριοh = salário médio por hora no distrito

sexm = dummy de género (1 para masculino e 0 para feminino)

age = idade em anos

agesq = idade em anos ao quadrado

tenure = tempo de trabalho nesse mesmo estabelecimento em anos

tenuresq = tempo de trabalho nesse mesmo estabelecimento em anos ao quadrado

educ2 = 2º ciclo do ensino básico

educ3 = 3º ciclo do ensino básico

educ4 = ensino secundário

educ5 = ensino politécnico ou superior

educ0 = escolaridade desconhecida

imig = dummy de imigração (1 se indivíduo imigrante, 0 caso contrário)

e = erros e β_i , $i=0$ a 11 os parâmetros a serem estimados.

Essa equação foi estimada para cada um dos dezoito distritos.

Na estimação dos salários esperados dos imigrantes recém-chegados, as variáveis *tenure* e *tenuresq* assumiram valores iguais a zero e a variável *imig* assumiu valor igual a um.

ANEXO 3

Estatísticas descritivas da amostra:

Grupo de Nacionalidade	Nº de Observações	%
Europa	2.547	7,8
Europa de Leste	9.387	28,6
PALOP	9.279	28,3
África	538	1,6
Ásia	1.215	3,7
América Latina	7.934	24,2
América	93	0,3
Outros	1.832	5,6
TOTAL	32.825	100

Distrito	Nº de Observações	%
Aveiro	1.428	4,4
Beja	382	1,2
Braga	1.107	3,4
Évora	437	1,3
Faro	5.425	16,5
Guarda	146	0,4
Leiria	1.706	5,2
Lisboa	18.601	56,7
Porto	2.722	8,3
Viana do Castelo	378	1,2
Viseu	493	1,5
TOTAL	32.825	100

Variável	Mínimo	Média	Máximo
<i>ethnic</i>	0,003	2,153	6,629
<i>eqage</i>	0,055	0,663	0,802
<i>eqeduc</i>	0,05	0,219	0,405
<i>expwage</i>	-1,797	2,975	12,608
<i>popres</i>	156,664	1555,125	2190,197
<i>desemp</i>	8,91	12,788	33,68

ANEXO 4

Resultado do modelo de estimação:

Conditional Logit Mode						
	<i>ethnic</i>	<i>eqage</i>	<i>eqeduc</i>	<i>expwage</i>	<i>desemp</i>	<i>popres</i>
Todos	0.39506	-3.54523	1.44339	-0.10615	-0.13749	0.00152
Likelihood Ratio 90575.2030	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Europa	1.09165	2,16697	3.93376	0.13145	-0.07335	0.00119
Likelihood Ratio 5975.4945	(<i><,0001</i>)	(<i>0,3384</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0007</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Europa de Leste	0.32580	-4.25800	2.54934	-0,04652	-0.12820	0.00142
Likelihood Ratio 18927.4303	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0028</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0650</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
PALOP	0.39897	-11.21951	-0,6161	-0.21171	-0.17517	0.00169
Likelihood Ratio 38410.9556	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,2106</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
África	10.17852	-11,58152	1,78126	-0,1523	-0.04413	0.00159
Likelihood Ratio 1448.8318	(<i><,0001</i>)	(<i>0,0823</i>)	(<i>0,2215</i>)	(<i>0,1953</i>)	(<i>0,0033</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Ásia	2.20402	4,80932	1,99319	0,02117	-0.13367	0.00166
Likelihood Ratio 3752.6844	(<i><,0001</i>)	(<i>0,2678</i>)	(<i>0,0649</i>)	(<i>0,8111</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
América Latina	0,50366	-7,55433	1,61799	-0,01977	-0,16399	0,00139
Likelihood Ratio	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i>0,5226</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
América	21,18393	10,89306	-0,79418	0.61892	-0.16073	0.0008047
Likelihood Ratio 215.3700	(<i>0,1154</i>)	(<i>0,3824</i>)	(<i>0,8357</i>)	(<i>0,0107</i>)	(<i>0,0007</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						
Outros	0.41052	5.83791	3.41084	-0.27108	-0.07282	0.00137
Likelihood Ratio 2483.2848	(<i>0,0013</i>)	(<i>0,0125</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)	(<i><,0001</i>)
P-Value <.0001						